

EXCLUSIVO: ARRECADAÇÃO ICMS MAIO NA BAHIA CRESCE 72% RELAÇÃO MAIO 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Segundo fonte do Bahia Já na Secretaria da Fazenda do Estado, em mais um mês surpreendente a **arrecadação** de **ICMS** do Estado da Bahia de maio de 2021 cresceu 72% em relação a maio de 2020. Foram arrecadados 2,43 bilhões em maio de 2021, contra 1,41 bilhões em maio de 2020.

Mesmo considerando que maio de 2020 foi o mês mais atingido pela pandemia a **arrecadação** de maio de 2021 também foi quase 21% maior que maio de 2019, logo a tendência de crescimento é acelerada. Em maio de 2019 a **arrecadação** alcançou 2,02 bilhões;

O crescimento nos cinco primeiros meses de 2021 (Jan - Mai) já alcança o percentual de 28,5%, algo inimaginável no início do ano.

Foram arrecadados 2,69 bilhões a mais nos cinco

primeiros meses de 2021 em relação a 2020, num total de 12,1 bilhões contra 9,4 bilhões em 2020.

Importante salientar que os efeitos da pandemia na **arrecadação** de **ICMS** do Estado da Bahia só começaram a serem efetivamente sentidos a partir do mês de maio de 2020. A **arrecadação** continuará a bater recordes nos próximos meses por estar aquecida e ter em junho e julho de 2020, base de comparação afetada pela baixa da atividade econômica no ano passado.

Especialistas consultados pelo BJA já projetam que a **arrecadação** de **ICMS** do Estado da Bahia deve bater na pior das hipóteses os 29 bilhões de reais ainda este ano. Em 2020 o total arrecadado no ano foi 24,9 bilhões.

Com o crescimento econômico projetado pelas agências especializadas neste ano se aproximando de 5%, combinado com o preço elevado das commodities agrícolas e minerais, queda da taxa de câmbio, continuação da liquidez gerada pelo pagamento do abono emergencial, recordes do crédito imobiliário, investimento privado em infraestrutura e aumento do otimismo e da atividade econômica.

Todos esses fatores combinados funcionam como jogar gasolina no fogo, todos são geradores de **ICMS**. Isso sem falar que diversas despesas obrigatórias do Estado da Bahia estão congeladas, como o aumento linear dos servidores públicos que desde 2016 não é concedido, aumentando o superavit.

Todos os municípios também são impactados pelo aumento do **ICMS** e recordes seguidos também da receita de impostos federais que também seguem aumentando. Retomar a economia informal hj é a prioridade, pois a formal está dando sinais de extrema melhora, reabsorver a mão de obra impactada pelo fechamento da economia é o principal desafio deste ano.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS,Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais,Arrecadação,ICMS

Veículo: Rádio Difusora AM 640 Itabuna	
Data: 08/06/2021	Programa: Notícias
Assunto: Governo da Bahia mantém a mesma alíquota de cobrança do <u>ICMS sobre os combustíveis há quatro anos.</u>	

Data: 08/06/2021

Hora: 16:15:25

Emissora: Rádio Difusora AM 640 Itabuna

Programa: Notícias

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Governo da Bahia mantém a mesma alíquota de cobrança do **ICMS sobre os combustíveis há quatro anos.**

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

INPC Inflação para famílias com renda mais baixa é maior que a oficial


atarde.com.br/economia

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

A pandemia e a destruição criadora

O capitalismo tem como base a concorrência entre empresas e beneficia aquelas mais aptas e que se adaptam melhor às crises. A pandemia e as medidas restritivas geraram uma crise econômica que atingiu a todos, mas uns sofreram mais que outros. No sistema capitalista, a crise é sempre um processo de “Destruição Criativa”, para usar a expressão do economista Joseph Schumpeter. É destruição porque muitas empresas vão à falência nesse processo, mas é criativa porque muitas outras sobrevivem, seja porque não foram tão afetadas, reduziram custos ou reformularam sua produção e sua inserção no mercado.

Schumpeter argumenta que a inovação tecnológica e o empresário inovador são a essência do capitalismo. Quando um empresário inovador, em busca de lucrar mais, introduz uma inovação tecnológica ou um novo método de

produção, ele gera uma crise, pois torna-se mais competitivo e destrói as empresas que não têm recursos ou tecnologia para seguir o mesmo caminho. É simples perceber isso: a introdução da tecnologia dos aplicativos tipo iFood, Uber, Airbnb aumentou drasticamente a competitividade nesses setores, e as empresas precisam inovar seu produto ou serviço, senão vão quebrar. Esse é o processo de crise e renovação, a destruição criadora: muitas empresas quebram, mas as que ficam serão mais competitivas.

A inovação tecnológica e o empresário inovador são a essência do capitalismo

Pode-se fazer uma analogia com a Covid-19, pois a pandemia e as medidas restritivas introduziram na economia uma inovação perversa, que suprimiu a normalidade dos mercados e fez com que alguns setores sofressem uma ruptura extrema enquanto outros ficaram neutros ou se beneficiaram do processo. Basta ver que os empresários ligados ao turismo, ao setor de serviços e ao setor educacional, por exemplo, sofreram muito mais do que os do agronegócio ou do setor imobiliário. E então começa a des-

É justo que os setores mais afetados busquem a proteção do Estado

truição criadora, dentro de cada setor e na economia como um todo. É justo que os setores mais afetados busquem a proteção do Estado, pelo menos enquanto durar a pandemia. Mas a crise muda o normal, cria um “novo normal” e, para enfrentá-lo, será necessário agir como um empresário schumpeteriano capaz de reformular seu negócio, reduzir custos, mudar de ramo se necessário, criar sinergias, introduzir tecnologia e novos produtos, novas formas de produção, novos modelos de organização ou abrir novos mercados. Falar é fácil, diria o leitor, afinal após 15 meses de pandemia, de abre e fecha da economia, as empresas chegaram ao limite e descapitalizadas sequer conseguem pensar em investir. É verdade, mas, apesar disso, a destruição criadora está em curso, basta ver que a quantidade de empresas que fecharam é menor do que aquelas que estão sendo abertas. É duro, mas é próprio do capitalismo.

Bahia: comércio em alta

As vendas no varejo baiano em abril cresceram 10% em relação ao mês anterior e 36% em relação a 2020. As vendas de eletrodomésticos cresceram 150%; de tecidos, vestuário e calçados aumentaram em 200%; e as de móveis tiveram incremento de 100%. Esse desempenho reflete a comparação com a base deprimida do ano passado, mas indica tam-

bém a volta da classe média, que, presa em casa, só fazia poupar e agora volta ao consumo. E até a venda de veículos cresceu 140% em abril. O único setor em queda foi o de hipermercados e supermercados, pois o auxílio emergencial ainda não trouxe de volta o consumidor de baixa renda. No acumulado do ano, as vendas no varejo cresceram 5%.

O PIB da Bahia também cresceu

Um sinal de retomada da economia baiana foi o crescimento de 1% no PIB no 1º trimestre de 2021, estabelecendo uma tendência, pois nos dois trimestres anteriores também houve incremento. O diretor de estatísticas da SEI, Armando Neto, órgão que calcula o PIB, estava certo quando disse em primeira mão a esta coluna que o crescimento seria positivo. E o

vice-governador e secretário do Planejamento, João Leão, a quem a SEI está vinculada, comemora: “O crescimento do PIB e os dados do varejo reforçam a percepção de que o estado está se recuperando da crise”. Alguns setores, como a indústria de transformação e o turismo, se recuperaram devagar, mas até o setor de serviços cresceu 0,4%.

SEAGRI Ao todo, 23 consórcios intermunicipais serão beneficiados com equipamentos, diz secretário

SINAPI

João Carlos Oliveira anuncia entrega de 34 maquinários pesados



DA REDAÇÃO

O secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia, João Carlos Oliveira da Silva, anunciou ontem, durante entrevista ao programa Isso é Bahia, na A TARDE FM, que o governo do estado entregará 34 equipamentos pesados a 23 consórcios intermunicipais, recursos oriundos de emendas parlamentares.

De acordo com o chefe da Seagri, em 15 dias, a gestão estadual conclui e logo em seguida o governador Rui Costa (PT) assina os convê-

nios com os consórcios. Serão distribuídos veículos como pás carregadeiras, motoniveladora, rolos compactadores e caminhões-basculantes. Os maquinários serão utilizados na recuperação e manutenção de estradas vicinais, consideradas fundamentais para o escoamento da produção agrícola.

“Esses equipamentos não vêm só para apoio ao escoamento da produção agrícola, mas, neste momento de pandemia, onde as pessoas precisam se deslocar para os centros urbanos para tomar vacina, e ainda melhorar a segurança na zona rural”, explicou. Em agosto do ano passado, o governo entregou dez equipamentos pesados para dez consórcios intermunicipais que envolvem



Joá Souza / Ag. A TARDE

Secretário João Carlos falou ao programa Isso é Bahia

109 cidades baianas.

Ex-secretário do Meio Ambiente da Bahia, João Carlos Oliveira, nome indicado pelo PSB baiano, assumiu a Secretaria de Agricultura do Estado no mês passado, após a saída do secretário Lucas Costa, nome indicado pelo PDT na Bahia.

“A orientação do governador Rui Costa é desenvolver um trabalho de parceria, de equipe. Nós temos um potencial muito grande, com dimensão territorial, com os três biomas bem caracterizados. Então, temos que buscar parcerias com as diversas secretarias, agentes creditícios, universidades, lideranças dos produtores e dos agricultores familiares”, afirmou o novo chefe da Seagri.

AGÊNCIA BRASIL

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) fechou o mês de maio com alta de 1,78%, ficando 0,09 ponto percentual abaixo do registrado em abril, quando o indicador subiu 1,87%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado de 12 meses, a taxa subiu 18,18%, a maior alta da série histórica, ficando acima dos 16,31% registrados nos 12 meses anteriores. De janeiro a maio, o acumulado ficou em 8,71%. Em maio do ano passado, o Sinapi fechou em 0,17%.

Segundo o IBGE, o custo nacional da construção por metro quadrado passou, em maio, para R\$ 1.387,73, ante os R\$ 1.363,41 registrados em abril. Desse valor, R\$ 810,08 são relativos aos materiais e R\$ 577,65 à mão de obra.

Os dados mostram que os materiais ficaram 2,66% mais caros, uma queda de 0,48 ponto percentual em relação ao mês anterior, quando a taxa fechou em 3,14%. Na comparação com maio de 2020, houve aumento de 2,47 pontos percentuais. O gerente do Sinapi, Augusto Oliveira, explica que a alta nos materiais foi registrada em todo o país, puxada pela influência do aço. “Houve alta generalizada nos preços dos materiais em todo o país, sobretudo na Bahia, que teve a maior alta, 4,94%. Os materiais também apresentam o maior índice acumulado dos últimos 12 meses, 31,58%”.

Por regiões, o Sudeste registrou alta na parcela dos materiais em todos os estados e fechou maio com a maior variação regional, de 2,07%. No Nordeste em 1,90%. A maior variação entre os estados foi registrada no Rio de Janeiro, com alta de 3,73%, seguido da Bahia (2,95%).

REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI critica alíquota de imposto sobre serviços

DA REDAÇÃO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) criticou ontem a intenção do governo de diferenciar a alíquota do setor de serviços na reforma tributária, enquanto a indústria pagaria imposto mais alto.

O Ministério da Economia estuda a proposta. A alíquota será inferior aos 12% propostos para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para que a carga tributária do setor não aumente. O ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou a congressistas que essa alíquota pode ficar em 8%.

De acordo com a CNI, é um equívoco do ponto de vista econômico e social. Disse

que a carga tributária da indústria de transformação é de 46,2% do PIB (Produto Interno Bruto), enquanto o setor de serviços é de 22,1%.

Para a confederação, tributar mais os produtos e menos os serviços é injusto do ponto de vista social e contribui para aumentar a regressividade do sistema tributário brasileiro. O peso dos serviços no consumo das pessoas mais pobres é menor do que das mais ricas, defendeu a CNI.

De acordo com a CNI, o Brasil precisa criar um IVA (imposto sobre valor adicionado) com alíquota uniforme para todos os setores. Citou um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Alíquota será inferior aos 12% propostos à CBS

mostra que, com a proposta, o peso dos tributos sobre a renda cairá 2,4 pontos percentuais para as pessoas que ganham até R\$ 250 por mês. Subirá 1,1 ponto percentual para quem ganha acima de R\$ 6,3 mil por mês.

A CNI disse ainda que a proposta minimiza os incentivos para investimentos na indústria que, segundo a entidade, tem maior capacidade de puxar o crescimento da economia. “Cada R\$ 1 produzido na indústria de transformação gera outro R\$ 1,67 na produção da economia como um todo, sendo que, deste R\$ 1,67, R\$ 0,84 são gerados no setor de serviços”, afirmou.

VIAGEM Retomada de tráfego aéreo para o estado será impulsionada pela reativação e criação de novas rotas para Salvador, interior e até internacionais

Voos à Bahia aumentam com a temporada de férias

DA REDAÇÃO

A recuperação do tráfego aéreo da Bahia, reduzido com a pandemia, ganha impulso em junho e julho para atender à demanda de turistas em temporada de férias. Várias frequências operadas pelas grandes companhias serão reativadas, tanto para o aeroporto de Salvador como para os de cidades do interior. Além disso, novas rotas serão inauguradas este mês de junho, tendo como destino as cidades de Mucugê, na Chapada Diamantina, e a Ilha de Comandatuba, no município de Una (sul do Estado).

Na esfera internacional, está prevista a volta dos voos da Air Europa de Madri para a capital baiana, no dia 20 de julho. A principal novidade no setor aéreo baiano, no entanto, é a entrada em operação da empresa ITA, do Grupo Itapemirim, que no dia 30 estreia um voo ligando o aeroporto de Guarulhos (SP) a Salvador, com escala em Porto Seguro.

“A retomada de voos é fundamental para o incremento de nossas atividades turísticas nesta fase em que muitos estão de férias, mas sempre com a preocupação de seguir os protocolos e as determinações de cuidado com a saúde e a segurança de todos”, afirma o secretário estadual de Turismo, Maurício Bacelar.

Depois de reativar seu hub em maio no aeroporto de Salvador com o retorno de voos para seis destinos, a Gol Linhas Aéreas volta a operar mais seis frequências para a capital a partir de 18 de junho. Neste dia serão retomadas as ligações com Teresina e João Pessoa. No dia 19, voltam as operações com Palmas (TO) e Porto Alegre. Já no dia 2 de julho, serão retomadas as ligações da capital baiana com Curitiba e com Petrolina.

Segundo a Vinci Airports, serão, da companhia, três frequências semanais provenientes de Teresina, aumentando para quatro a partir de julho; quatro por semana, de João Pessoa; três por semana, de Palmas, aumentando para quatro a partir de julho; cinco por semana, de Porto Alegre; seis, de Curitiba, e seis, de Petrolina. A meta da Gol é retomar todos os 25 destinos operados a partir de Salvador até meados de julho.

Base do hub do Gol, o Salvador Bahia Airport foi apontado como o Aeródromo Mais Sustentável do Brasil pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O reconhecimento deve-se às muitas ações ambientais implementadas no local. Com as obras de modernização e ampliação do terminal, a capacidade de passageiros passou de 10 milhões para 15 milhões por ano.

Também a Azul Linhas Aéreas Brasileiras contribuiu para a retomada de voos na temporada de férias. A com-



Raphaël Müller / Ag. A TARDE / 26.5.2021

Expectativa é que setor aéreo fique movimentado com atividades turísticas

panhia informa que, no comparativo entre junho e julho, Salvador passará de 19 para 24 voos diários. Ilhéus passa de um para quatro e Porto Seguro de quatro para 10. A Bahia contará com quase 40 voos por dia da Azul.

Chapada

O acesso via aérea à Chapada Diamantina, antes restrito às operações no aeroporto de Lençóis, ganha agora uma nova rota comercial, operada pela Abaeté Aviação, ligando Salvador ao aeródromo da Fazenda Progresso, no município de Mucugê. Serão dois voos semanais, às quintas-feiras e domingos, a partir do dia 17, segundo o diretor da empresa, Tiago Tosto. As partidas de Salvador serão às 13 horas.

No dia 26 de junho terão início as operações comerciais no aeródromo do Hotel Transamérica, na Ilha de Comandatuba, por meio da Azul. A previsão é de voos aos sábados, chegando e partindo para os aeroportos de Congonhas (SP) e Confins (MG). Os procedentes da capital paulista pousarão às 15h, com partida às 16h. Já os da capital mineira chegarão à Ilha às 16h25 e partirão às 17h25.

A partir de 1º de agosto é a

vez da Latam Airlines Brasil operar também, com aeronaves Airbus A 320, a rota entre Congonhas e Comandatuba. As passagens já estão à venda nos sites www.latam.com e www.latampass.com.

A ligação entre São Paulo e Comandatuba deve-se à preferência atual dos passageiros pelo turismo doméstico. “Teremos mais turistas visitando o Nordeste e menos viajantes a negócios na ponte aérea Rio-São Paulo”, prevê Diogo Elias, diretor de vendas e marketing da companhia.

Interior

Em cidades turísticas, como Porto Seguro, a oferta de voos sobe também em junho. Segundo a coordenadora de operações aeroportuárias do aeroporto da cidade, Adriana Vieira, a média de voos passa de 288 em maio para 410. O município passa a contar também com os voos da ITA, procedentes de Salvador e Guarulhos (SP), a partir do dia 30, e de Confins (MG) e do Rio de Janeiro, em julho.

A concessionária do aeroporto de Ilhéus informa que, durante o mês de junho, a companhia Azul prevê voos interligados ao aeroporto de Confins (MG) e a retomada da rota com o aeroporto de Salvador (BA). As companhias Gol e Latam preveem voos entre a cidade e o aeroporto de Guarulhos (SP) e a VoePass entre Ilhéus e a capital baiana.

Já no mês de julho, além das rotas citadas, a Azul deve retomar as operações com o aeroporto Viracopos (SP) e incluir o aeroporto Santos Dumont (RJ) como novo destino, enquanto a Latam estima a

inclusão de Congonhas (SP) em sua malha aérea.

No aeroporto de Vitória da Conquista, segundo a concessionária, estão previstos, pela Azul, durante o mês de junho, voos de e para Confins (MG) e a retomada da rota entre Salvador (BA), destino também operado pela VoePass. A Gol deverá continuar operando a rota com o aeroporto de Guarulhos (SP).

Já no mês de julho, além dos destinos citados, a Azul prevê a retomada da ligação com Viracopos (SP) e a Gol incluirá nova frequência para Guarulhos (SP) com pernoite em Conquista.

Salvador e Porto Seguro foram escolhidos como destinos na semana de estreia da ITA Transportes Aéreos, companhia do Grupo Itapemirim que no dia 30 de junho lança um voo interligando a capital e as cidades de Porto Seguro e São Paulo (Guarulhos). As viagens serão diárias, utilizando aeronaves Airbus A 320 com mais espaço entre as poltronas.

Internacional

Depois da volta, em abril, das operações da TAP entre Lisboa e Salvador, outro voo internacional, suspenso com a segunda onda da pandemia, vai retornar. No dia 20 de julho, a Air Europa reativa a rota entre Madri e Salvador. Será, a princípio, uma frequência semanal, às terças-feiras, com chegada a Salvador às 19h50 e partidas para Madri na quarta-feira, às 15h30. A partir de setembro, segundo o diretor-geral da companhia, Romero Gonzalo, será reativada a segunda frequência, aos domingos.



ESG: é preciso compreender, adotar e disseminar

Divulgação



Leandro Trindade Ferreira, engenheiro, especialista em Gestão Integrada de Zonas Costeiras (ICZM), empresário e membro do Núcleo de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Inovação da ACB

No universo da gestão, não é raro encontrar neologismos e termos técnicos que confundem mais do que esclarecem. Eis que surge um capaz de se estabelecer nas instituições públicas e privadas mundo afora. Trata-se do ESG, sigla oriunda das palavras ENVIROMENTAL, SOCIAL e GOVERNANCE; do idioma inglês. Quando traduzidas, se equivalem a AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA. Apoiam o conceito de sustentabilidade, abrangendo várias questões consigo.

No quesito ambiental, aponta-se: descarbonização, eficiência energética, digitalização, gestão de resíduos, externalidades, dentre outros fatores. No caráter social, vale ressaltar: benefícios que a instituição promove nos meios onde está inserida, políticas de isonomia, respeito à dignidade e às diversidades, valorização do trabalhador, além de outros tópicos vinculados ao tema. Na governança, destacam-se: ética, transparência, compliance, accountability, segurança jurídica e combate à corrupção.

Esse tripé de letras sustenta o que o Fórum Econômico Mundial batizou de Capitalismo de Stakeholder ou capitalismo com propósito. O entendimento é que o lucro não serve como parâmetro principal para demonstrar quais negócios são, de fato, sustentáveis. Utilizar o PIB como medida de prosperidade nacional também se revela um equívoco. Nesse sentido, os princípios ESG têm o intuito de promover uma nova visão sobre a viabilidade das empresas, projetos e políticas públicas.

Alinhados a essas práticas e aos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – da ONU, bancos de fomento e os convencionais de mercado não mais disponibilizarão recursos financeiros para atividades que não atendam aos critérios ESG, com base em padrões quantitativos e qualitativos.

Não obstante, a inovação, com seus múltiplos aspectos, será preponderante nas ações demandadas pelo mundo. Entendê-la como o caminho rumo às transformações, via ESG, é fundamental para alcançarmos o bem-estar socioeconômico. Para tanto, toda a cadeia produtiva, com indústrias, comércios, prestadores de serviços e governos, tem que se adaptar a essa nova realidade.

É mister salientar que as perspectivas dessa reengenharia colocam o Brasil como peça-chave desse movimento. Especialistas estimam que possuímos o potencial de uma Arábia Saudita nos negócios em ESG, em alusão à pujança deste país do Oriente Médio no setor de petróleo.

Seguir princípios, critérios e parâmetros ESG para a gestão pública e privada, gerando e agregando valor, respeitando as partes interessadas, mitigando riscos, monitorando a econometria dos resultados atrelados às boas práticas e buscando inovar de maneira constante será o novo normal do desenvolvimento sustentável.

Esta semana a coluna ACB será publicada de quarta a sexta-feira, como parte dos conteúdos especiais relacionados à semana do meio ambiente

CURTAS

Inflação fica em 0,83% em maio

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,83% em maio deste ano. A taxa é superior ao 0,31% de abril e a maior para um mês de maio desde 1996 (1,22%), segundo dados

divulgados ontem pelo IBGE. O IPCA acumula taxas de 3,22% no ano e 8,06% em 12 meses. Os nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram inflação em maio, com destaque para habitação e transportes.

IBGE

Indústria recua em 9 de 15 locais

AGÊNCIA BRASIL

Seguindo tendência nacional, a produção industrial regional recuou em nove dos 15 locais analisados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM Regional) divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na passagem de março para abril, as indústrias locais foram afetadas pelo baixo desempenho do setor de derivados do petróleo.

A produção nacional, divulgada na semana passada, caiu 1,3% em abril frente a

março. A maior queda ocorreu na Bahia, que recuou 12,4%, a maior diminuição desde abril de 2020, uma queda de 23,4%. Com a quinta taxa negativa, a Bahia acumula perdas de 31,8%.

A região Nordeste teve a segunda maior queda, de 7,8% no mês, influenciada pelo resultado da indústria de couro, artigos de viagens e calçados. A queda acumulada em cinco meses negativos chega a 17,1%.

São Paulo recuou 3,3%, queda também acima da média nacional, afetada pe-

lo desempenho dos setores de derivados do petróleo, farmacêutico e de outros produtos químicos. Completam os locais com taxas negativas em abril, Goiás (-3,6%), Pernambuco (-2,4%), Santa Catarina (-2%), Ceará (-1,2%), Mato Grosso (-1,1%) e Minas Gerais (-0,9%).

Alta

O destaque entre os locais com alta na produção industrial foi o estado do Amazonas, que subiu 1,9% e teve a segunda taxa positiva seguida, acumulando ganho de 11%.

Ao contrário dos que registraram queda, no Amazonas o setor de derivados de petróleo teve bom desempenho.

A segunda maior alta foi no Rio de Janeiro, com ganho de 1,5%. O setor extrativo de petróleo contribuiu para o desempenho positivo. Também registraram alta em abril na comparação mensal as indústrias do Espírito Santo (0,9%), Pará (0,3%), Rio Grande do Sul (0,3%) e Paraná (0,2%).

Em relação a abril de 2020, o crescimento nacional foi de 34,7% e 12 dos 15 locais pesquisados tiveram alta.



Salvador e RMS são recordistas da inflação no Brasil

Valor da gasolina e da energia elétrica aumentaram o custo de vida dos baianos, mostra o IBGE

Daniel Aloisio

REPORTAGEM
daniel.santos@redadebahia.com.br

A vida de quem mora em Salvador e Região Metropolitana está mais cara. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação de maio, divulgada ontem, ficou em 1,12% na RMS, a maior para o mês desde 1998 e a campeã no Brasil. Os grandes vilões do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação, foram as altas na gasolina e energia elétrica, principalmente.

O combustível subiu

8,43% em comparação com abril. Já a energia elétrica teve aumento de 10,54%. Em maio passou a vigorar na conta de luz a bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R\$ 4,169 a cada 100 quilowatts-hora consumidos, diferença significativa em relação à bandeira amarela que vigorou de janeiro a abril.

Em junho, a previsão é que, diante do nível crítico nos reservatórios das usinas hidrelétricas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acione o patamar mais alto. Com a bandeira vermelha patamar 2, a conta de luz ficará ainda mais cara com o adicional de R\$ 6,243 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

GASOLINA

O preço da gasolina é sentido, principalmente, por quem depende de veículo próprio para trabalhar. Morador de Simões Filho, o motorista de aplicativo Antonio Monteiro, 45, não sabe mais o que fazer. “Estou pagando mais

● Cada aumento de combustível significa para mim mais horas que tenho que passar nas ruas trabalhando para sustentar a família

Antonio Monteiro
Morador de Simões Filho e motorista de app

O preço dos combustíveis subiu 8,43% em maio, em comparação com o mês de abril, na Região Metropolitana

INFLAÇÃO MENSAL NAS 16 REGIÕES PESQUISADAS

Salvador (BA) 1,12%

São Luís (MA) 1,10%

Fortaleza (CE) 1,10%

Porto Alegre (RS) 1,04%

Campo Grande (MS) -0,97%

Rio Branco (AC) 0,93%

Curitiba (PR) 0,93%

Rio de Janeiro (RJ) 0,87%

Goiânia (GO) 0,79%

Belo Horizonte (MG) 0,79%

São Paulo (SP) 0,78%

Recife (PE) 0,76%

Vitória (ES) 0,74%

Aracaju (SE) 0,62%

Belém (PA) 0,48%

Brasília (DF) 0,27%

Fonte: IBGE

caro a gasolina para tentar manter as metas diárias. Cada aumento de combustível significa para mim mais horas que tenho que passar nas ruas”.

No início do ano, Monteiro trabalhava quatro dias na semana, das 5h às 20h. Agora, com o atual preço da gasolina, precisa trabalhar cinco dias, das 5h às 23h. “Graças a Deus, tenho batido a minha meta, pois isso é algo necessário. Tenho que suprir as necessidades de casa, mas estou muito mais cansado”, diz.

Como pai de família, Antonio também percebeu o aumento da energia. “Lá em casa, eu, minha esposa e meu filho ficamos o dia todo fora. Só minha mãe fica em casa e pagamos R\$ 300 de energia. Antes não passava de R\$ 100. Esse aumento chega a ser abusivo”, afirma.

OUTROS PRODUTOS

Dos nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA, oito apresentaram alta em maio na RMS. Apenas o setor de vestuário teve leve deflação, de -0,02%. Os dois maiores aumentos vieram dos custos com habitação (3,05%), influenciados pela energia, e transportes (2,71%), devido aos combustíveis. O etanol, por exemplo, teve aumento de 16,31%.

O estudante universitário Tiago Paiva, 23, sentiu no bolso. “Precisei ir para o trabalho e fui abastecer. Coloquei R\$ 50 de etanol e tomei um susto quando liguei o carro e vi que a setinha que indica a quantidade de combustível mal tinha se movimentado. Achei até que o posto tinha me dado algum golpe. Só que depois, quando fui conferir o preço, vi que realmente não tinha como subir muito”, desabafa.

Para poder lidar com isso, Tiago pensa em deixar o carro na garagem e passar a ir ao trabalho de transporte público ou por aplicativo. “É mais vantajoso. Se botar no papel os gastos que eu teria com o carro, sai mais barato deixá-lo na garagem. Só que, por conta da pandemia, estou evitando a opção mais econômica”.

Em abril, também houve aumento na passagem de ônibus em Salvador, de R\$ 4,20 para R\$ 4,40. Isso ainda repercutiu no IPCA de maio em 4,02%. Os alimentos seguiram pressionando a inflação, sobretudo carnes (1,99%), aves e ovos (2,99%) e panificados (1,70%).

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Economista diz que estímulos do governo podem segurar preços

A expectativa para a inflação no restante do ano não é positiva, diz o economista e integrante do Conselho Regional de Economia (Corecon-BA) Edval Landulfo. “A taxa Selic está aumentando, mas isso não será ainda o melhor remédio. A expectativa é que tenhamos

essa inflação nos próximos meses enquanto não tivermos solução para a questão da moeda e dos empregos”, analisa.

Landulfo acredita que é preciso estímulos do governo federal para que não haja aumentos de preço tão severos para o consumidor. “É

Economista também avalia que é possível que a inflação fure o teto de gastos estipulado pelo governo para o ano de 2021

preciso de estímulo do governo para que a economia reaja, mas isso não está sendo feito”, lamenta.

A vacinação a conta-gotas devido à falta de imunizantes também tem contribuído, na avaliação do especialista, para que o Brasil permaneça em crise. “Nos-

sa retomada econômica depende de vacina. É difícil fazer projeções com cenário tão incerto. Não tenho otimismo enquanto a população não estiver vacinada. As respostas da atividade econômica não aparecem de forma imediata”, acrescenta.

ECONOMIA

Pedidos de recuperação judicial crescem 48,4%

MAIO A Serasa Experian aponta que 92 pedidos de recuperação judicial foram feitos no último mês de maio, aumento de 48,4% em relação a abril. Na visão por segmento, serviços continua se destacando, com 62 pedidos em maio de 2021, seguido por comércio (15) e indústria (12).

Por outro lado, houve queda de 2,1% no total de solicitações na comparação com maio do ano passado. As companhias de menor porte, no entanto, foram na contramão e apresentaram crescimento no período, indo de 54 em maio de 2020 para 60 no mesmo mês deste ano.

Segundo a Serasa, os empreendimentos micro ou pequenos representam 92,4% do total de pessoas jurídicas com contas negativadas. As requisições de falências cresceram 58,5% na análise mensal entre maio e abril. Foram 103 pedidos no mês, dos quais 70 foram feitos por micro e pequenas empresas.

ANS vai permitir trocar plano se rede credenciada mudar

SAÚDE A mudança na rede assistencial hospitalar pelas operadoras dará ao consumidor o direito de realizar a portabilidade, ou seja, a troca de plano de saúde carregando as condições já cumpridas. Essa é uma das novidades da nova norma que estabelece critérios para alteração da rede debatidas ontem em audiência pública promovida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e que deverá entrar em vigor ainda este ano, de acordo com o jornal O Globo.

“Entendemos que é um reconhecimento da ANS de que a mudança da rede descaracteriza o contrato. A rede é, sem dúvida, um dos critérios decisivos para escolha de um plano, nada mais justo que, se houver mudança, o consumidor tem direito a trocar”, afirmou ao jornal Ana Carolina Navarrete, coordenadora do programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

As entidades de defesa do consumidor se preocupam, no entanto, com a possibilidade de aberta pela proposta da nova regra de que um hospital possa ser substituído por uma unidade em município limítrofe ou a região de saúde, caso não haja outro de perfil equivalente naquela cidade, por conta do deslocamento dos clientes.

“Pode ser fatal em casos de emergência. Vamos propor que se leve em consideração o conceito de mercado relevante usado pelo

Entendemos que é um reconhecimento da ANS de que a mudança da rede descaracteriza o contrato
Ana Carolina Navarrete

Coordenadora do programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Cade prevendo que intervalo de tempo de deslocamento entre o hospital e a unidade pela qual está sendo substituído seja de até 10 minutos”, opina Ana Carolina.

A Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp) concorda com a preocupação do Idec. “Entendemos que essa regra passa por cima da vontade e da necessidade do paciente. É como se você fosse ao mercado e comprasse um produto com a embalagem A e ao chegar em casa o produto dentro fosse o B. Além disso, falta à regra da ANS uma definição que permite comparar qualidade entre hospitais. Acreditamos que isso vai acabar aumentando a judicialização”, avalia Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp.

Em nota, a ANS afirma entender que a rede hospitalar de prestadores é um fator muito importante na contratação de um plano de saúde. Desta forma, o que está se propondo agora é que as regras sejam aprimoradas e reunidas em normativo específico, para dar mais segurança e clareza ao setor, permitindo que o beneficiário entenda seus direitos e saiba o que cobrar da operadora do seu plano de saúde.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0687	R\$ 5,0692
Dólar Turismo	R\$ 5,0530	R\$ 5,2270
Euro turismo	R\$ 6,1030	R\$ 6,3870

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	129.906,80	+0,09%

POUPANÇA

10/06/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

FUGA DE CÉREBROS

40%

É o aumento no número de pedidos de trabalhadores brasileiros considerados prioritários e de alta qualificação – como cientistas, atletas ou altos executivos – por um visto de trabalho nos EUA desde o início do governo Bolsonaro, segundo a Folha de S.Paulo.



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Reformas ruins e o engano do mercado

A inflação deu um salto e foi a 8% em 12 meses, um mês antes do que era projetado. Deve terminar o ano estourando o teto da meta. Por uma dessas esquisitices fiscais brasileiras, o fato de o pico ser no meio do ano permitirá ao governo gastar mais em 2022. O PIB deve crescer mais de 4% este ano, porém a conjuntura é marcada pelo alto desemprego e nenhuma garantia de crescimento sustentado. No mercado financeiro, analistas avaliam que a situação fiscal melhorou após a aprovação do Orçamento e o andamento das reformas. É mais um momento de autoengano do mercado. As reformas são ruins, o Orçamento tem gambiarras e este governo corta gastos apenas das áreas que quer perseguir.

O quadro econômico ficou ainda mais difícil com a má notícia de ontem, da inflação. Os preços têm pressionado, e aqui na coluna antecipamos esse movimento de alta no acumulado de 12 meses. A surpresa é que o fenômeno foi mais forte. A previsão do professor Luiz Roberto Cunha era de que o acumulado em 12 meses chegaria a 8% em junho. Atingiu 8,06% com o número de maio. Cunha informa que o índice permanecerá al-

to por vários meses até novembro, caindo ligeiramente para o nível de 7%. E que pode ficar entre 6% e 6,5% no fim do ano. Isso estoura o teto da meta que é de 5,25%.

— Pode até ficar um pouco abaixo de 6% num cenário otimista no câmbio, com os preços de alimentos não subindo com intensidade, e o Banco Central colocando a Selic lá pelos 5,75% ou 6% — disse Cunha.

Nas últimas semanas, houve um otimismo no mercado com o que eles definem “agenda de reformas”. Fala sério. Que reformas? A privatização da Eletrobras virou uma árvore de Natal, tudo está sendo dependurado nela. A reforma administrativa excluiu os atuais servidores e poupa os que ganham mais em outros poderes. Na reforma tributária, o executivo e seus alia-

dos no Congresso implodiram a melhor chance de fazer uma mudança significativa nos impostos sobre consumo. A proposta do governo une apenas o PIS e a Cofins e, mesmo assim, eleva impostos. Quem diz isso já esteve no governo, exatamente nessa área, o economista Marcos Cintra. Ele fez as contas e concluiu que o PL 3887, a minireforma tributária com a alíquota de 12%, aumentará a carga para vários setores, inclusive a indústria, mas poupará o setor financeiro e os que se beneficiam de regimes especiais como a Zona Franca de Manaus.

— O PL vai enfrentar uma frente unida de oposição. Pode ser aprovado, mas vai ter muita oposição — diz Cintra.

O ministro Paulo Guedes tentou trazer de volta a CPMF. Esse era o projeto que, por razões ób-

vias, provocou muita reação. Ninguém quer mais um imposto, principalmente esse. A proposta meia-sola foi juntar PIS e Cofins. Agora, fala-se em incluir algumas mudanças no Imposto de Renda. Mas nada foi proposto. O que existe é o que foi apresentado no ano passado, a unificação de dois tributos batizada de reforma tributária.

Para o ministro Paulo Guedes não é importante ser, mas parecer ser. Ele coloca um rótulo e se convence que tem conteúdo. A PEC emergencial foi desidratada, virou uma autorização para depenurar despesas acima do teto, mas ele passou a defini-la com o nome pomposo de “novo marco fiscal”. Os projetos que o Ministério da Economia propõe definham ao passar pelo presidente da República.

A inflação acima de 8% no

acumulado de 12 meses até junho é a que reajusta o teto de gastos. Isso dará mais folga ao governo em ano eleitoral. Este governo é gastador. Ele só corta ideologicamente. As universidades estão estranguladas e a fiscalização ambiental, paralisada, por falta de recursos, mas os gastos militares cresceram 17% acima do previsto no ano passado, como efeito de um plano de carreira travestido de reforma da previdência dos militares. Recentemente, o Ministério da Economia autorizou que quem está aposentado e tem cargo no governo receba as duas rendas sem ter que obedecer ao teto salarial do funcionalismo. Isso beneficiou os militares aposentados com cargo no governo, como o próprio presidente. Guedes disse naquela reunião ministerial de abril do ano passado que aumentaria os gastos para “eleger o presidente”. Esse é o plano. O único. Não há um plano de ação para combater o desemprego e manter o crescimento econômico, como nunca houve um plano de combate à pandemia.

Para o ministro Paulo Guedes, não é importante ser, mas parecer ser. Ele dá um rótulo para as reformas e se convence que tem conteúdo.

Cade aprova venda da Rlam sem restrições

REFINARIA O Diário Oficial da União publicou na edição de ontem a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), sem restrições, da venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), em São Francisco do Conde, na Bahia, pela Petrobras para a MC Brazil Downstream Participações, empresa do fundo de investimentos árabe Mubadala. A venda, por US\$ 1,65 bilhão, foi comunicada ao Cade em meados de maio e representa o primeiro desinvestimento da estatal no segmento de refino, como parte de um acordo feito

com o órgão para quebrar o monopólio de décadas da estatal no setor. O Tribunal de Contas da União (TCU) também já aprovou a venda da unidade.

A Rlam é a segunda maior refinaria do País e produz combustíveis de alto valor agregado, como o óleo bunker de baixo enxofre para navios, que vem sendo muito requisitado no mercado global.

Em parecer, o Cade destacou que o grupo Mubadala não atua no setor de refino no Brasil, o que faz que a transação possa ser vista como pró-competição. O órgão lembrou ainda que a ne-



RLAM, em São Francisco do Conde, teve venda confirmada pelo Cade

A Rlam é a segunda maior refinaria do País e produz combustíveis de alto valor agregado

gociação da refinaria atendeu um termo (TCC) selado entre Cade e Petrobras mirando a diminuição da posição dominante da estatal no setor de refino. Outras sete refinarias terão que ser vendidas até o final do ano.

Em nota, a Federação Única dos Trabalhadores (FUP) classificou como "decisão equivocada" o aval à venda. "O Cade mais uma vez falha diante de seu papel e não cumpre sua função. Não poderia exigir que uma empresa se desfizesse de seus ativos. Isso não existe. Ele é um órgão para regular a concentração econômica, a partir de negócios realizados pelas empresas".

JBS pagou resgate de US\$ 11 milhões a hackers

BITCOIN A JBS pagou um resgate de US\$ 11 milhões em bitcoin aos hackers que interromperam temporariamente o funcionamento de algumas de suas fábricas na semana passada, de acordo com o CEO da companhia nos Estados Unidos, Andre Nogueira, que soube do ataque na manhã do dia 31 de maio.

Segundo o executivo, o pagamento visou proteger as instalações e limitar o impacto potencial do ataque cibernético sobre restaurantes, mercearias e fazendeiros que dependem da JBS. "Foi muito doloroso pagar os criminosos, mas fizemos a coisa certa pelos nossos clientes", disse Nogueira ontem em entre-

vista ao Wall Street Journal.

O ataque à JBS fez parte de uma onda de ofensivas "ransomware", em que os criminosos bloqueiam o acesso da empresa ao sistema infectado e cobram um resgate multimilionário para a liberação. Na semana passada, o FBI atribuiu o ataque à gangue REvil.

HOME OFFICE

70%

das empresas não definiram quando voltar ao escritório, segundo pesquisa da Dimep. Ao todo, 36,5% delas ainda não têm uma estratégia, 33,7% afirmam que voltarão à rotina normal, mas sem data estabelecida, e 18,3% seguirão com o trabalho remoto.

LIVRO RETRATA BELEZA DE LITORAL NORTE E AGRESTE

SUSTENTABILIDADE O livro fotográfico "Floresta sempre Viva", lançado ontem apresenta registros da fauna e da flora silvestres do Litoral Norte e do Agreste baiano. A obra pode ser baixada gratuitamente no site www.florestasempreviva.com.br.

Idealizado pela Bracell, uma das maiores produtoras de celulose solúvel e celulose especial do mundo, com uma das operações em Camaçari, na RMS, a obra traz flagran-tes de animais silvestres em remanescentes de mata nativa nas áreas da empresa na Bahia, assim como da flora.

Guilherme Araújo, diretor-geral da Bracell Bahia, destaca que o livro mostra "uma representação da força da natureza registrada por meio de imagens que revelam, dentre tantas outras, as belezas naturais da Bahia. Cuidar da beleza natural desta terra é um compromisso que temos com o futuro, com a sociedade, com o sagrado do mundo". Para Araújo, a obra reforça o compromisso da empresa com o cuidado com o meio ambiente. O livro conta com imagens do acervo de fotografias da Bracell.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU DA BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2021
O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará a Licitação, Modalidade: Pregão Presencial, Nº 040/2021. Tipo: Menor Preço Valor Global. OBJETO: LOCAÇÃO DE TOLDOS, MEDINDO 4x4, COM LONA DE VINIL, COM ESTRUTURA DE TUBOS GALVANIZADOS DE 5MM, CONFORME MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA PÚBLICA DECORRENTE DO CORONA-VÍRUS (COVID-19), NOS TERMOS DO ART. 4º DA LEI 13.797/2020. ABERTURA: 22/06/2021 às 10:00h horário local. LOCAL: Prefeitura Municipal, Praça José Alves de Carvalho, 15, Setor de Licitações, Marcos Carvalho Machado - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIASSUCÉ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021 - UASG: 883539
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios para frota de veículos da Prefeitura Municipal de Ibiassucé - Bahia. Entrega das Propostas a partir de 10/06/2021 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/06/2021 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis nos interessados no site ibiassuce.ba.gov.br/licitacao/ e www.comprasnet.gov.br. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h, de segunda a sexta ou pelo e-mail: licitacaoibiassuce@gmail.com. Ibiassucé, 09/06/2021. Bruno Almeida Pereira - Pregoeiro.

SECRETARIA DA SAÚDE
Estado da Bahia
Comunicado do Pregão Eletrônico Nº 025/2020
A Pregoeira Oficial da Fundação - HEMOBA, torna público que o Pregão Eletrônico nº 025/2020, encontra-se em situação **SUSPENSO**. Salvador, 28 de Abril de 2021. Sirleni Márcia Santos Ferreira dos Santos - Pregoeira Oficial - Port. 09/2019.

SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBURANAS - BA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021
A Pregoeira torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2021, Processo Administrativo 099/2021. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Contratação de pessoa jurídica no município de Salvador/BA para prestação de serviço de pensão ou hotel para pacientes oriundos do TFD, encaminhados pelo Município de Umburanas/BA para tratamento de Saúde realizado no município de Salvador/BA. Sessão de Abertura: às 08:30h do dia 22/06/2021 e será realizada no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Maiores informações através do tel. (74) 3528-1258 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Umburanas ou na sede Prefeitura Municipal de Umburanas - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h. Umburanas, 09 de junho de 2021. Ingrid Lopes Bruno da Gama, Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEDAL
AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021
O MUNICÍPIO DE TREMEDAL, Estado da Bahia, Prefeitura Oficial, Cuiaspe de Apolo, torna público que no dia 22 de junho de 2021, às 09:00h, no endereço: <https://www.licitacoes-e.com.br/>, serão recebidas propostas relativas ao Pregão Eletrônico Nº 013/2021 tendo como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de acesso a internet com link dedicado para atender a demanda das diversas Secretarias Municipais. Poderão participar da licitação, os interessados que tiverem especialidades correspondentes e manifestarem interesse conforme determinações do Edital. Mais esclarecimentos serão fornecidos na Sala de Licitações, na Prefeitura Municipal de Tremedal, no endereço Praça Leonel Pereira, nº 10, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Edital na íntegra disponível no endereço: <https://www.tremedal.ba.gov.br/transparencia-municipal/>. Tremedal - BA, 09 de junho de 2021. ACACIO FARIAS DE OLIVEIRA GOMES - Pregoeiro Oficial

Cooperativa de Transporte Alternativo Empresarial de Camaçari-Coastac
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A Cooperativa de Transporte Alternativo Empresarial de Camaçari-Coastac, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cnpj: 10.865.271/0001-63 sede situada no lote 04, quadra I, loteamento polo plástico, camaçari/ba, cep: 42.800.000, em consonância com seu estatuto vem a público convocar seu corpo de associados, número de 2/3 (dois terços) convocação de assembleia geral ordinária a ser realizada no dia 21/06/2021 com a primeira convocação às 17h, e segunda convocação às 18h, com terceira e última convocação às 19h, do ano de 2021, em sua sede no endereço supracitado, para tratar da seguinte pauta:
1. ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM
RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021
O Presidente da Comissão de Licitação torna público o resultado do julgamento referente à Tomada de Preços nº001/2021. OBJETO: Contratação para execução de serviços de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial em vias públicas na sede deste Município de Paramirim-BA. Após análise documental e o julgamento das propostas, declara vencedora do certame a Empresa OFS PAVIMENTADORA LTDA. EPP, CNPJ nº 21.340.588/0001-00, com o valor de R\$ 391.308,58 (trezentos e noventa e um mil e trezentos e oito reais e cinquenta e oito centavos). DATA DE ADJUDICAÇÃO: 09/06/2021. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2021. -GILBERTO MARTINS BRITO - Prefeito Municipal - Ronaldo Alves Lopes - Presidente da CPL - PARAMIRIM/BA, 09 de junho de 2021.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 304/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM - CONTRATADA: OFS PAVIMENTADORA LTDA. EPP, CNPJ nº 21.340.588/0001-00, no valor de R\$ 391.308,58 (trezentos e noventa e um mil e trezentos e oito reais e cinquenta e oito centavos). OBJETO: contratação para execução de serviços de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial em vias públicas na sede deste Município de Paramirim-BA-DATA DE ASSINATURA: 09/06/2021. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - BA, por meio de seu Pregoeiro, Jonas da Silva Correia, torna público que realizará no dia 28/06/2021, às 10:30h, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, QUE SERÃO UTILIZADOS NO ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) DURANTE O ANO LETIVO DE 2021. NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ -BA o edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, <http://itambe.ba.gov.br> no diário Oficial do Município http://itambe.ba.gov.br/diario_oficial e sede da Prefeitura Municipal, Jonas da Silva Correia Pregoeiro Oficial
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ -BA, por meio de seu Pregoeiro, Jonas da Silva Correia, torna público que realizará no dia 29/06/2021, às 10:30h, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021, REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANÓPOLIS -BA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 001/2021
Abertura 28/06/2021 às 08h30min. (horário de Brasília) - Objeto Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação em paralelepípedos em diversas ruas do município de Santanópolis/BA, conforme projeto básico, através do CONVÊNIO Nº 875154/2018 e CONVÊNIO Nº 851949/2017. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação situada na Praça João Nery, nº 48, Centro, Santanópolis/BA, CEP: 44.260-000 efetuando emissão e pagamento do DAM no valor de R\$50,00 no horário das 8:00 às 12:00h ou através do e-mail: faleconlicitacao@gnmail.com | Tel.: (75) 3694-2141.
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 002/2021
Abertura 28/06/2021 às 10h30min. (horário de Brasília) - Objeto Contratação de empresa de engenharia para execução de obra da Cobertura da Quadra Esportiva da Escola Maria Elizabete Oliveira Estrela no município de Santanópolis/BA. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação situada na Praça João Nery, nº 48, Centro, Santanópolis/BA, CEP: 44.260-000 efetuando emissão e pagamento do DAM no valor de R\$50,00 no horário das 8:00 às 12:00h ou através do e-mail: faleconlicitacao@gnmail.com | Tel.: (75) 3694-2141. Santanópolis/BA, 09 de junho de 2021. Ana Angelica Santos da Silva, Presidente da CPL - Decreto nº 013/2021.

SOAMAR Salvador - Associação Amigos da Marinha
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Pelo presente EDITAL, com base no que determina o Estatuto da Soamar Salvador-BA, nos seus artigos 27, alínea "a", 63 a 68, bem como nas demais normas estatutárias, estamos convocando todos os sócios desta Soamar Salvador - BA, devidamente aptos, para participar da Assembleia Geral Ordinária, presencial, a ser realizada no Auditório do Comando do Segundo Distrito Naval, localizado na Avenida das Naus s/n - Conceição da Praia, nesta Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, com a seguinte ordem do dia: a) Eleições de 2021/2023. b) O que ocorrer.
Data - 22 de junho de 2021 (terça-feira)
Início - 1ª Convocação..... 08:30 horas
- 2ª Convocação..... 09:00 horas
Término - 17:00 horas.
Cidade do Salvador, 09 de junho de 2021
Humberto Caldas da Silveira Junior - Vice-Almirante
Presidente do Conselho Superior da Soamar Salvador - BA

Tribuna

AL-BA: comissão aprova contas do Governo e do TCE



A COMISSÃO da Assembleia Legislativa aprovou duas prestações de contas do Governo da Bahia

HENRIQUE BRINCO / REPÓRTER

A Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa (ALBA) aprovou duas prestações de contas do Governo da Bahia e outras duas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-BA). O encontro virtual ocorreu por meio da plataforma Zoom e foi comandado pelo presidente do colegiado, deputado Robinho (PP).

A primeira pauta da reunião foi a discussão do Ofício nº 1.933/2018, que tratava da prestação de contas e relatório de atividades do TCE baiano, referente ao exercício de 2017. O parecer foi apresentado pelo relator, deputa-

do Diego Coronel (PSD), que opinou pela aprovação do documento. O texto foi aprovado por unanimidade no colegiado. Em seguida, os parlamentares se debruçaram sobre a segunda prestação de contas do órgão de controle referente ao ano de 2019. O relatório do deputado Luciano Simões Filho (DEM), que deu parecer pela aprovação, também foi aprovado por unanimidade na comissão.

Já em relação às contas do Executivo baiano, o colegiado debateu o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 2.509/2019, referente ao exercício financeiro de 2017. O relator foi o deputado Vítor Bonfim (PL), que opinou pela aprovação do texto. Em segui-

da, o deputado Tiago Correia (PSDB) anunciou voto contrário ao relatório, e foi acompanhado pelo colega oposicionista Luciano Simões Filho, formando minoria na votação. Ao argumentar seu posicionamento, o legislador tucano citou pontos a exemplo da extrapolação do teto de gastos com pessoal, o que teria ocorrido também em três exercícios anteriores. De acordo com Correia, o parecer do Ministério Público de Contas (MPC) apontou que houve pagamentos de despesas sem o prévio empenho, bem como o não pagamento de emendas impositivas dos deputados em sua totalidade.

A comissão aprovou, por último, o PDL nº 2.510/2019. O texto tratava das contas do

Executivo do ano de 2018. O relator, deputado Diego Coronel (PSD), leu seu parecer favorável à aprovação e foi seguido pela maioria do colegiado. Novamente, votaram contra a aprovação os deputados Tiago Correia e Luciano Simões Filho.

Ao fim da reunião, o deputado Robinho (PP) informou que a comissão terá audiência pública no dia 15 de junho para apresentação do balanço financeiro do Executivo relacionado ao primeiro quadrimestre de 2021.

O presidente da ALBA, Adolfo Menezes (PSD), esteve na última segunda-feira na Governadoria. Foi o primeiro compromisso público dele após ser diagnosticado com a Covid-19.

Tribuna

Balanço: Governo do Estado já criou mais de 90 mil empregos em seis anos

Mais de 90 mil empregos foram gerados pelo Governo do Estado e 208 mil intermediados desde 2015. Os números são resultado de contratações diretas e indiretas, concursos, programas de estágio e de primeiro emprego, além de incentivos fiscais para implantação de novas empresas e indústrias.

Segundo o superintendente de Desenvolvimento e Monitoramento de Empreendimentos, Deraldo Alves, os incentivos fiscais do Estado são atrativos. Atualmente, os programas Desenvolve, ProBahia, Crédito Presumido, Proalcool e Proid estão disponíveis para quem tem interesse em investir na Bahia.

De acordo com Deraldo, há uma perspectiva de implantação de 11 usinas de cana-de-açúcar na região do Médio São Francisco, o que deve gerar 70 mil empregos. "No ano de 2020, nós assinamos 99 protocolos, geramos R\$ 34 bilhões de investimento na Bahia e 7.748 empregos diretos. Este ano já estamos com 60 protocolos assinados, com investimento de R\$ 6,4 bilhões e previsão de 4.043 empregos diretos e 12.291 indiretos", explica.

Mesmo diante de um cenário de pandemia e problemas econômicos, o Governo do Estado tem reforçado as



Foto- Divulgação

OPORTUNIDADE

O Partiu Estágio é destaque no mercado de trabalho

oportunidades de emprego e renda. O Programa Primeiro Emprego, voltado aos egressos e estudantes da Educação Profissional, já beneficiou 10.722 pessoas até o mês de abril deste ano, com estágio, aprendizagem e emprego formal. Uma das beneficiadas é a técnica em Nutrição Taciane Miranda, que trabalha na Maternidade Albert Sabin. Graças ao Primeiro Emprego, ela consegue pagar a faculdade de Tecnologia de Segurança Alimentar.

"O Programa Primeiro Emprego foi muito importante na minha vida, pois me aju-

dou a seguir os meus estudos. Com essa renda do Primeiro Emprego, eu vou pagando minha faculdade para dar seguimento à minha carreira profissional", destaca Taciane.

Outro destaque é o Partiu Estágio. Em 2021, o programa já ofereceu 2.973 vagas. "Temos mais de 12 mil estagiários contratados e com impactos sociais expressivos, já que 67% são mulheres, 69% são de baixa renda, 84% são pretos e pardos e 88% oriundos de escola pública", afirma o secretário de Administração do Estado, Edelvino Góes Filho.

Tribuna

Salvador tem a terceira maior alta na cesta básica

Ir ao supermercado vem pesando no bolso do consumidor. Boa parte do orçamento é para alimentação

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

"Já não aguento mais ir ao mercado. Toda vez que eu vou lá, deixo pelo menos uns quinhentos reais. Desse jeito, a gente vai viver pra pagar conta e fazer compra", desabafa a autônoma Ney da Silva, que já é reconhecida pelos caixas de uma grande rede atacadista no bairro da Calçada; pelo menos duas vezes ao mês ela está por lá para abastecer a despensa; a estimativa é de que os gastos mensais com alimentação sejam de mais de

mil reais para a família composta por quatro pessoas. Embora o estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) tenha constatado que a cesta básica em Salvador é a segunda mais barata do Nordeste, com um valor de R\$ 470,14 durante o mês de maio, a população tem sentido que o dinheiro não rende e que o carrinho está cada vez mais vazio.

Ney, que se encaixa no grupo de risco para agravamento da covid-19 por conta da pressão alta, prefere ir até

o supermercado a comprar na mercearia em frente à sua casa, para economizar. "Uma besteirinha que você compre nesses mercados pequenos dá R\$ 100. Carne, então, nem se fala: tá a preço de ouro", conta. E ela está certa. Na avaliação do Dieese, é levada em conta uma lista de treze itens chamados de 'provisões mínimas', estipuladas por um decreto de 1938: no topo da lista está a carne. Salvador foi a cidade onde a proteína ficou ainda mais cara, com 6% de aumento. "A forte demanda externa, os altos custos de produ-

ção e a baixa oferta de animal para o abate ajudam a explicar a alta em maio", analisou o departamento. O estudo leva em conta a chamada 'carne de primeira', como os cortes de alcatra e chã-de-dentro. "Aqui não tem isso de carne de primeira. Compro o que dá para comer", explicou a diarista Meire da Silva, enquanto tentava escolher uma peça de acém, que passou a custar R\$ 24 o quilo. Antes da pandemia, o corte de 'segunda' custava menos de R\$ 20.

Mas não é só esta provisão que engorda a nota fiscal

do supermercado. Segundo o Dieese, todos os produtos tiveram aumento na capital baiana, como o inofensivo pão francês que costuma estar presente nas mesas de café da manhã: durante a pandemia, o 'cacetinho' aumentou em 35%, alavancado pela intensidade da demanda pela farinha para panificação, que começou a acompanhar a alta do preço do trigo; outros produtos com aumentos expressivos foram o óleo de cozinha e o açúcar. Com isso, aumentou também o tempo para conseguir pagar pelos itens. Um cidadão

de Salvador precisa trabalhar por 94h a fim de cobrir o valor: considerando a jornada diária de oito horas prevista em lei para a maioria das categorias, seriam necessários quase doze dias. O temor de Ney e de várias chefes de família soteropolitanas foi confirmado pelo levantamento do Dieese: 46% do salário acaba sendo consumido por alimentos. Salário esse que está muito longe do ideal. Para sustentar adequadamente uma família composta por duas crianças e dois adultos, seria necessário um rendimento de R\$ 5.351.

Tribuna

Raio Laser

'Estabilidade'

A Câmara dos Deputados instalou ontem a comissão especial que vai analisar a proposta de reforma administrativa (PEC 32/20). O deputado Fernando Monteiro (PP-PE) foi eleito presidente do colegiado, com 17



Arthur Maia

votos favoráveis e dois votos em branco. O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), baiano, foi indicado relator da matéria. O prazo para o relator proferir seu parecer será de até 40 sessões da Casa, contadas a partir de ontem. O prazo para apresentação de emendas será de 10 sessões, contadas a partir de hoje. Cada emenda terá de ser assinada por 171 deputados. A comissão especial terá 34 membros titulares e igual número de suplentes. A proposta de emenda à Constituição que trata do tema restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado.

LDO

A líder da Oposição na Câmara Municipal de Salvador, Marta Rodrigues (PT), disse ontem que defende um prazo maior que o dia 30 de junho para a apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, que tramita na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. A sugestão da data foi feita pelo vereador Joceval Rodrigues (Cidadania), que preside a Comissão. Na terça (8), o edil disse que poderia aceitar novas emendas após o dia 30 desde que não mexerem substancialmente no texto.



Marta Rodrigues

Tribuna

Inflação em alta acende um alerta

DANIELA AMORIM, THAÍS BARCELLOS E CÍCERO COTRIM, O ESTADO DE S. PAULO

A inflação deu mais um salto no mês passado e levou o mercado a aumentar o nível de preocupação com seu avanço. Sob pressão de preços monitorados pelo governo, como a energia elétrica e os combustíveis, mas também de aumentos acima do previsto em outros itens da cesta de consumo das famílias, o IPCA, índice oficial de inflação do País, ficou em 0,83% em maio, maior resultado para o mês desde 1996, segundo os dados divulgados pelo IBGE nesta quarta-feira, 9.

Os analistas alertam que a inflação está mais alta, mais disseminada e mais duradoura do que se estimava anteriormente. O resultado de maio ficou acima até mesmo das previsões mais pessimistas de economistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que projetavam uma inflação entre 0,65% e 0,76%. A

taxa acumulada pelo IPCA em 12 meses subiu a 8,06% em maio, ante uma meta de inflação de 3,75% perseguida pelo Banco Central ao fim deste ano (com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos).

Com esse resultado, os economistas estão revisando para cima suas previsões de inflação para o ano e também elevando as estimativas para a taxa de juros - a ferramenta usada pelo Banco Central para tentar conter a alta de preços. "O índice está alto e causa preocupação. Isso deve levar o Banco Central a continuar a subir a taxa de juros", disse o economista-chefe do Banco Itaú, Mário Mesquita. A Rio Bravo Investimentos elevou sua projeção para a taxa Selic de 6,25% para 6,50% este ano.

"A inflação mais pressionada parece mais duradoura. Na verdade, está havendo espalhamento. Vemos, pela difusão, que não é concentrado em um item só. O índice

de difusão (que aponta a distribuição da inflação pelos diferentes tipos de produtos) ficou em 64% em maio e está rodando acima de 60% nos últimos três meses. Essa questão de custos está muito espalhada em toda cadeia. Os problemas na cadeia de suprimentos impactam a produção de diversos itens", diz Tatiana Nogueira, economista da XP Investimentos. Ela também acredita agora numa taxa Selic de 6,5% ao fim deste ano. Antes, a aposta da XP era de que esse nível só seria atingido em 2022.

"O problema, aqui, é que todo mês a gente está apontando uma surpresa, e ela vem sistematicamente", ressaltou o economista-chefe da Ativa Investimentos, Ettore Sanchez. "Ainda que a surpresa tenha sido concentrada em combustíveis e alimentação fora do domicílio, no nosso caso, eu estou prestes a revisar o cenário de inflação para cima."

Após a surpresa com o

IPCA de maio, a LCA Consultores já elevou a projeção para a inflação de 2021, de 5,50% para 5,80%, se distanciando cada vez mais do teto de tolerância da meta, de 5,25%. Além da taxa mais "saída" em maio, a consultoria cita pressões derivadas direta e indiretamente da energia elétrica. No mês passado, a LCA já tinha elevado a projeção para o IPCA de 5,0% para 5,50%, por conta do cenário hidrico mais desafiador, à alta mais forte de commodities e à expectativa de aquecimento maior da atividade no segundo semestre.

"O quadro qualitativo da inflação está realmente muito preocupante", disse o economista do Banco ABC Brasil Daniel Lima, que já espera uma "revisão relevante" do cenário de inflação do banco para 2021, de 5,4% para perto de 6%. "Os serviços tiveram deflação menor do que o esperado (-0,15%), puxados pela alta da alimentação fora do domicílio (0,98%).

Tribuna

Dólar a menos de R\$ 5? Entenda por que a moeda está em queda

ADRIANA FERNANDES, O ESTADO DE S. PAULO

Depois de chegar a R\$ 5,80 em março, ficar em R\$ 5,40 em abril, fechar o mês de maio em R\$ 5,22, o dólar caiu ainda mais ao longo dos primeiros dias de junho, alimentando a expectativa no mercado financeiro de um rompimento da marca de R\$ 5.

A moeda norte-americana fechou na terça-feira, 8, cotada a R\$ 5,03 e pode cair ainda mais nos próximos dias, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão. O movimento de valorização do real tem sido puxado por uma conjunção de fatores externos mais favoráveis, como a abundância de recursos no mercado internacional e o aumento de exportações brasileiras, puxada pela retomada da economia mundial e

alta dos preços das commodities (produtos básicos) agrícolas e metálicas.

No front interno, a alta da taxa básica de juros (a Selic) também favorece a entrada de dólares no País, com a busca dos investidores por ganho mais elevado. O clima das últimas semanas é também de maior otimismo, com o crescimento da economia brasileira, melhora da arrecadação do governo e perspectiva de a dívida pública fechar em patamar mais baixo do que o previsto, apesar de o risco fiscal do País ainda não ter saído do radar.

“É o resultado de uma enxurrada de dólares, euros e yuans no mundo”, diz Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultorias. Segundo ele, o fluxo cambial mais forte e a perspectiva de um superávit da balança comercial de pelo menos US\$ 25 bilhões a mais do que os US\$

Consumidores vivem o fim da festa do preço baixo e bons serviços

KEVIN ROOSE, FAÇA O NEW YORK TIMES

Há alguns anos, durante uma viagem de trabalho em Los Angeles, chamei um Uber para um passeio pela cidade durante a hora do rush. Eu sabia que seria uma longa viagem e me preparei para desembolsar mais de US\$ 60 ou US\$ 70. Em vez disso, o aplicativo informou um preço que me deixou de queixo caído: US\$ 16.

Experiências como essas eram comuns durante o período entre 2012 até o início de 2020, quando muitas das atividades diárias de uma cidade grande estavam discretamente subsidiadas por capitalistas ricos do Vale do Silício.

Coletivamente, pegamos milhões de viagens baratas de Uber e Lyft, nos deslocando como a alta renda enquanto dividíamos a conta com os

investidores dessas empresas.

Mergulhamos a MoviePass na falência tirando proveito de seu negócio de ingressos de cinema no qual você podia ver quantos filmes quisesse por US\$ 9,95 por mês. Enchemos cemitérios com as carcaças de empresas iniciantes de entrega de comida.

Agora, os usuários estão percebendo que, pela primeira vez - seja por causa do desaparecimento de subsídios ou meramente devido ao aumento da demanda no fim da pandemia - seus hábitos de luxo na verdade têm etiquetas de preços de luxo.

“Hoje, minha viagem de Uber de Midtown para JFK me custou tanto quanto meu voo de JFK para SFO”, tuitou recentemente Sunny Madra, da incubadora de empreendimentos da Ford.

Tribuna

HOJE

Rui inaugura a 17ª Policlínica Regional de Saúde; unidade vai funcionar em Eunápolis

O governador Rui Costa inaugura, nesta quinta-feira (10), às 9h30, a Policlínica Regional em Eunápolis. Com a entrega da unidade, a Bahia passará a contar com 17 destes equipamentos, oferecendo serviços ambulatoriais especializados e exames de alta complexidade para o povo baiano. A Policlínica atenderá a uma população estimada em 119.846 habitantes, residente em municípios do extremo sul do estado.

Representando um

investimento estimado de R\$ 24,5 milhões entre obra e equipamentos, além da aquisição de microônibus, a mais nova Policlínica Regional de Saúde será inaugurada com a presença do secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas. As policlínicas reduzem o vazio assistencial de média complexidade, ampliam o diagnóstico das doenças crônicas e degenerativas, tornando-os mais precoces, além de melhorarem a resolutividade da saúde

pública. Ao todo, serão construídas 25 policlínicas, incluindo duas em Salvador, nos bairros de Narandiba e Escada.

A nova Policlínica Regional de Saúde, instalada em um prédio de um único pavimento, tem área construída de 2.848,32 metros quadrados e atenderá nas especialidades de Angiologia, Cardiologia, Endocrinologia, Neurologia, Gastroenterologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Urologia, Pequenos Procedimentos Cirúrgicos, Ginecologia, Pneumologia, Dermatologia, Reumatologia, Anestesia Fisioterapia e Ortopedia. Ainda há especialidades não médicas, como Farmácia Clínica, Enfermagem, Psicologia e Nutricionista. Entre os exames que serão oferecidos estão ecocardiograma, eletroencefalograma, ergometria, Holter, MAPA, endoscopia digestiva, ultrassonografia Doppler, Raio-X, e tomografia.

Indústria não recupera perdas em 10 de 15 regiões

Bahia tem pior situação entre locais que se encontram abaixo do patamar pré-pandemia

Por Lucianne Carneiro — Do Rio

10/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A queda da indústria em abril, frente a março, foi espalhada por 9 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, dez dos 15 locais têm patamar de produção inferior ao do pré-pandemia, em fevereiro de 2020. A indústria geral está 1% abaixo desse nível.

Principal parque industrial do país, São Paulo teve queda de 3,3% da produção em abril, enquanto na média brasileira o recuo foi de 1,3%. O desempenho do Estado ocorreu depois de ter conseguido escapar do território negativo em março (0,3%),

quando a indústria nacional caiu 2,2%. Apesar do dado de abril, a indústria paulista ainda se mantém acima do patamar pré-pandemia (3,4%).

A pior situação entre os dez locais que se encontram abaixo do patamar pré-pandemia é da Bahia (-34,1%). A indústria baiana foi muito afetada pelo fechamento da Ford em Camaçari, que derrubou a produção local. Ceará (-14%) e Nordeste (-17,3%) completam os lugares com taxas de dois dígitos.

Os demais locais que estavam produzindo, em abril de 2021, menos que antes da pandemia são Espírito Santo (-8%), Goiás (-7%), Mato Grosso (-6,7%), Rio de Janeiro (-4,2%), Pará (-4,1%), Pernambuco (-2,1%) e Rio Grande do Sul (-1,3%). Por outro lado, além de São Paulo, também operam com nível superior ao de fevereiro de 2020 Minas Gerais (10,2% acima), Santa Catarina (7,2%), Paraná (6,4%) e Amazonas (4,4%).

Na passagem entre março e abril, as taxas mais intensas entre os nove locais com recuo na produção ocorreram na Bahia (-12,4%) e no Nordeste (-7,8%). Os dois locais tiveram o quinto resultado negativo, na série com ajuste sazonal, acumulando perdas de 31,8% e 17,1% no período, respectivamente. Goiás (-3,6%), Pernambuco (-2,4%) e Santa Catarina (-2,0%) também tiveram retração acima da média nacional (1,3%).

Em relação a abril de 2020, a produção industrial subiu em 12 dos 15 locais pesquisados, sob forte influência da base de comparação depreciada. Naquele mês,

a indústria praticamente parou com as medidas restritivas mais intensas para o funcionamento das atividades econômicas no início da pandemia. Nessa comparação, a produção nacional subiu 34,7%.

Oito dos locais tiveram taxas recordes de expansão nessa série anual. Amazonas (132,8%) e Ceará (90,2%) registram os maiores avanços. Por outro lado, Bahia (-10%) e Goiás (-8,7%) apontaram os recuos mais intensos.

Conteúdo Publicitário

Luiz Barsi vende ações e reduz participação na Eternit para 4,79%

VALOR INVESTE

Polícia Militar gasta R\$ 2,2 milhões em 9 carros elétricos, mas não vai levar bandidos neles

UM SÓ PLANETA

Manada de elefantes selvagens descansa na China após viajar mais de 500km

UM SÓ PLANETA

[Ver comentários](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira em lavadora de pressão e economize

PORTAL G3

LINK PATROCINADO

Governador e Secretário de Saúde de Rondônia vêm à Bahia conhecer o modelo de PPP aplicado à saúde



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Estado pioneiro na implantação do modelo de parceria público-privada (PPP) na área da **saúde** no Brasil, a Bahia possui exemplos reais dos benefícios proporcionados por esta iniciativa na prestação de serviços à população. Para conhecer de perto a experiência baiana em PPPs, o governador de Rondônia, coronel Marcos Rocha, e o secretário de **Saúde** daquele Estado, Fernando Máximo, visitaram o **Hospital do Subúrbio** (HS), na manhã desta terça-feira (08), acompanhados do secretário de **Saúde** da Bahia, **Fábio Vilas-Boas**, e da equipe gestora do HS.

Durante a visita, a diretora de Gestão de Unidades Consorciadas e Parceria Público Privada (DGECOP), Priscilla Magalhães, apresentou as três PPPs em operação na Bahia: o **Hospital do Subúrbio**, Diagnóstico por Imagem (com 11 unidades de bioimagem em hospitais estaduais e uma Central de Laudos) e o **Instituto Couto Maia**. Priscilla também falou sobre aspectos contratuais das PPPs e a

aplicação de metas qualitativas e quantitativas para cumprimento pelo gestor privado.

Segundo o governador Marcos Rocha, o objetivo foi conhecer a implantação das PPPs e os aspectos que as envolvem, tendo em vista o aperfeiçoamento do setor da **saúde** no estado de Rondônia. 'O que vemos na Bahia é interessante. Conseguimos perceber a diferença quando temos a iniciativa privada trabalhando a serviço do público. A intenção é retornarmos à Bahia, trazendo órgãos de controle, Tribunal de Contas, Procuradoria e demais servidores públicos para apresentar as vantagens da parceria público-privada', afirmou.

O secretário de **Saúde** de Rondônia, Fernando Máximo, explica que o estado receberá em breve um hospital de Emergência e Urgência com 400 leitos e, por isso, é importante conhecer o que deu certo e as dificuldades enfrentadas na implantação das PPPs. 'O **Hospital do Subúrbio** é um case de sucesso que mostra como tratar bem os pacientes e otimizar recursos. Estamos buscando formas de gerir o novo hospital, para atender com dignidade a população', ressaltou.

Em funcionamento há pouco mais de 10 anos, o **Hospital do Subúrbio** foi a primeira PPP da **saúde** no Brasil. 'A Bahia é pioneira no país em PPPs na área de **saúde**. Temos dez anos de experiência, três unidades instaladas e na próxima semana teremos mais uma unidade sendo licitada na Bolsa de Valores. Ao final do ano teremos mais cinco (licitadas). Dou o meu testemunho de que esta é a melhor modelagem para oferecer serviços assistenciais de **saúde**, não só no Brasil mas no mundo inteiro', disse o secretário **Fábio**

Vilas-Boas.

Para Jorge Oliveira, presidente da Prodal **Saúde** - parceiro privado responsável pela gestão do HS, mostrar o modelo exitoso do HS para outro Estado da Federação é motivo de satisfação, principalmente quando se buscam soluções para problemas da área de **saúde** difíceis de resolver. 'Ficamos felizes e orgulhosos pelo fato de o Poder Concedente falar do HS como exemplo a ser seguido', pontuou. (Com informações da Ascom HS)

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Saúde | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Fábio Vilas Boas, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - PPP

'Não ficaremos loucos do lado fiscal só porque tem eleição', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após reação negativa do mercado à provável renovação do auxílio emergencial, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (8) que o governo não ficará 'louco do lado fiscal' por causa das eleições presidenciais de 2022.

Guedes disse que a prorrogação da assistência não é uma questão política e ressaltou que a reformulação do Bolsa Família, em elaboração no governo, respeitará o teto de gastos.

'Não gaste uma noite sequer preocupado com a possibilidade de ficarmos loucos do lado fiscal só porque tem eleição ano que vem. Nós nunca faremos isso', afirmou Guedes em apresentação em inglês durante videoconferência com o Bradesco BBI.

Segundo Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora, a queda da Bolsa de Valores nesta terça ganhou intensidade ao longo da tarde após Guedes afirmar que o governo pretende renovar o auxílio. Em realização de lucros após oito altas seguidas, o Ibovespa fechou em queda de 0,75%, a 129.787 pontos.

"A possibilidade de ampliação do auxílio emergencial amplia a cautela do mercado, pois aumenta o temor dos investidores a uma possível piora do cenário fiscal", afirma Thayná Vieira, economista da Toro Investimentos.

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo em maio, o titular da Economia reconheceu a chegada das articulações eleitorais e afirmou que o governo prepararia medidas nas áreas de **emprego** e social 'para vocês baterem palma'.

'Nós jogamos na defesa nos primeiros três anos, controlando despesas. Agora vem a eleição? Nós vamos para o ataque', disse na ocasião, ponderando que tudo seria feito com seriedade e dentro do teto, regra que limita as despesas do governo à variação da inflação.

Nesta terça-feira, o ministro afirmou que os planos do governo para a área social envolvem três etapas: a provável prorrogação do auxílio emergencial por dois ou três meses, a ampliação do programa Bolsa Família e a criação de um fundo que seria usado para repassar recursos de privatizações de estatais para um programa

de transferência de riqueza.

Guedes confirmou que o governo pretende renovar o auxílio emergencial. Ele disse que a decisão não é política, mas técnica e de saúde pública. E explicou que a prorrogação acompanhará o programa de vacinação contra a Covid-19 nos estados, citando uma expectativa de que a cobertura das vacinas atinja 70% da população adulta até setembro.

O plano atual da equipe econômica é estender o benefício por mais dois meses, com previsão de encerramento em setembro deste ano. O ministro disse, no entanto, que há a possibilidade de uma terceira parcela extra em outubro.

'Possivelmente, nós vamos estender agora o auxílio mais dois ou três meses, porque a pandemia está aí. Os governadores estão dizendo que em dois ou três meses a população adulta vai estar toda vacinada, então nós vamos renovar por dois ou três meses o auxílio. E logo depois entra o Bolsa Família, já reforçado', afirmou em videoconferência com a Frente Parlamentar do **Setor de Serviços**.

No formato elaborado pela pasta, dois meses adicionais do auxílio teriam custo total de R\$ 18 bilhões. Desse valor, R\$ 11 bilhões seriam liberados por meio de créditos extraordinários, recursos destinados a situações imprevistas e urgentes. Essa verba não é contabilizada no teto de gastos.

Outros R\$ 7 bilhões serão provenientes de sobras da atual rodada da assistência. O programa em vigor hoje tem quatro meses de duração, de abril a julho, e

recebeu R\$ 44 bilhões.

A ideia é manter o público beneficiado e os valores das parcelas. O valor padrão do pagamento é de R\$ 250. Para mulheres chefes de família, o benefício é de R\$ 375. Pessoas que vivem sozinhas recebem R\$ 150.

Com a ampliação do atendimento do auxílio neste ano, o governo economizará recursos com os benefícios do Bolsa Família que deixarão de ser pagos. Isso porque parte dos beneficiários do Bolsa Família migrou temporariamente para o auxílio. Desse modo, o Executivo teria mais verba para implementar o novo programa social.

Segundo Guedes, o plano do governo prevê que o encerramento do auxílio seja interligado à ampliação do Bolsa Família. Diferentemente da iniciativa emergencial, os recursos para o programa social permanente ficarão integralmente dentro do teto de gastos, afirmou.

Até o momento, o governo não apresentou a proposta de ampliação do Bolsa Família. O presidente Jair Bolsonaro defende que o valor médio dos benefícios passe dos atuais R\$ 190 por família para ao menos R\$ 250.

Em sua apresentação, Guedes afirmou que o governo ainda avalia criar o que chamou de Fundo Brasil, que seria alimentado com parte dos recursos de privatização e de dividendos das estatais. Essas verbas seriam transferidas a pessoas de baixa renda como forma de incrementar programas sociais. A ideia já havia sido apresentada em outras ocasiões.

desemprego é maior', disse.

De acordo com o ministro, esse programa não seria fixo e recorrente. Os repasses aos mais pobres só seriam feitos se o governo conseguisse vender estatais ou recebesse dividendos.

O ministro afirmou que o governo já está sendo procurado por empresas de grande porte que estariam 'encomendando' jovens.

Para ele, essa seria uma forma de incentivar a classe política a trabalhar pela venda de ativos da União.

*

Especialistas criticam a medida, com o argumento que a **Lei de Responsabilidade Fiscal** proíbe o uso de recursos de privatizações para custear despesas correntes.

Colaborou Júlia Moura

Assuntos e Palavras-Chave: SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Desemprego, Emprego, Setor de Serviços | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural - Inclusão produtiva | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Lei de Responsabilidade Fiscal

Na videoconferência, Guedes também afirmou que novo programa de **emprego** do governo pagará R\$ 550 a jovens que entrarem em programa de qualificação nas empresas. Anteriormente, o ministro havia falado que esse repasse poderia ser de R\$ 600.

O novo programa deve instituir o BIP (Bônus de **Inclusão Produtiva**), pago pelo governo, no valor de R\$ 275 ao mês, e o BIQ (Bônus de Incentivo à Qualificação), pago pela empresa, também de R\$ 275.

De acordo com o ministro, o programa será voltado a jovens de 18 a 28 anos que queiram fazer treinamento no trabalho. Segundo ele, o participante poderá ficar no programa até um ano ou um ano e meio.

'Achamos que vai haver um aumento muito rápido do nível de **emprego**. Vamos pegar onde a incidência do

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 10/06/2019	Coluna: Economia



CREDITO DISPONIBILIZADO PELO GOVERNO PARA BARES E RESTAURANTES NÃO ATENDE A DEMANDA DO SETOR, DIZ ABRASEL



[admin](#) 10 Junho, 2021

Por: João Paulo Almeida

Em contato com o portal Bahia econômica, o presidente da ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Leandro Menezes, afirmou que o crédito disponibilizado pelo governo do estado para socorrer o setor nesse momento de pandemia não atende as necessidades do setor por está acima do valor de mercado se fizermos uma comparação com bancos de varejo.

“Se você colocar na ponta do lápis, os valores cobrados pelo crédito do Desenbahia são maiores que aqueles cobrados pelos bancos de varejo comuns no mercado. Esse dinheiro ele se tornou, na verdade, inoperante para o setor. Nós acreditamos que o momento requer uma atenção maior do governo do estado para evitar o colapso total”, disse.

No último mês, o governador Rui Costa anunciou agora pouco varias medidas de estímulo a economia durante o Papo Correria. Dentre os benefícios está uma linha de crédito que pode chegar a R\$ 100 milhões para estimular a economia. Rui conversou com Manoel Vitório, secretário da Fazenda do governo, e juntos anunciaram benefícios para os setores que foram prejudicados pelas medidas restritivas nas cidades que decretaram o fechamento das cidades econômicas.

Foto: divulgação

Veículo: Bahia.BA	
Data: 10.06.2021	Caderno: Economia

Publicado em 10/06/2021 às 06h56.

Bahia atinge a marca de 7 milhões de doses de vacinas recebidas contra a Covid-19

Mais uma remessa com 227 mil doses do imunizante da AstraZeneca/Oxford desembarcou em Salvador na madrugada desta quinta-feira (10)

Rayllanna Lima

A Bahia atingiu nesta quinta-feira (10) a marca de 7 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 recebidas pelo governo federal. Durante a madrugada, uma nova remessa do imunizante da AstraZeneca/Oxford desembarcou no aeroporto de Salvador.

Foram 227 mil novas doses, segundo informações da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). Após chegar à capital baiana, a carga passa por averiguação e começa a ser distribuída para cidades do interior.

Aeronaves do Grupamento Aéreo da Polícia Militar e da Casa Militar do governo da Bahia ajudam no traslado do imunizante, que será exclusivamente para aplicação de 1ª dose. Somente municípios que aplicaram 80% ou mais das remessas recebidas anteriormente receberão novas doses.

Conforme informou a Sesab, com as 227 mil doses recebidas na madrugada desta quinta, o estado soma 7.186.400 doses, sendo 3.035.800 da Coronavac, 3.793.750 da AstraZeneca/Oxford e 356.850 da Pfizer/BioNTech.

Com pandemia e militares, passivo da União avança 49%

Montante aumenta em R\$ 1,5 tri de 2019 para 2020

Por Edna Simão — De Brasília

10/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Não só os gastos para minimizar os impactos da pandemia de covid-19 na economia como também o forte aumento das provisões para pagamento de aposentadorias e pensões de militares no longo prazo fizeram com que o chamado “passivo a descoberto” da União disparasse de 2019 para 2020. No ano passado, se todos os ativos do país como imóveis e empresas fossem vendidos para cobrir seu passivo, ainda haveria dívida de R\$ 4,445 trilhões. Em 2019, esse valor somava R\$ 2,982 trilhões. Um aumento de 49,1% no período.

“Essa variação de R\$ 1,463 trilhão no passivo a descoberto se deve, principalmente, ao aumento de R\$ 772,6 bilhões em passivos de empréstimos e financiamentos, gerados principalmente para cobertura dos gastos emergenciais com benefícios e auxílios para enfrentamento da pandemia da covid-19; e aumento de R\$ 644 bilhões em passivos referentes a provisões previdenciárias e pensões”, informa o Relatório Contábil do Tesouro Nacional - repassado ao **Valor** -, que faz uma análise de ativos, passivos e fluxos financeiros da União.

Somente em 2020, o governo desembolsou R\$ 524 bilhões para bancar as medidas de enfrentamento à covid-19. Essas despesas se reverteram em aumento do endividamento público, com o aumento da emissão de títulos públicos de prazos mais curtos.

O relatório mostra que, no ano passado, para atender a uma regra internacional de contabilidade, o Tesouro ainda passou a considerar uma provisão total de longo prazo de R\$ 703,8 bilhões referente a benefícios com militares inativos (R\$ 405,8 bilhões) e pensões militares (R\$ 298 bilhões). A maior parte desses pagamentos será feita para o Exército, sendo R\$ 188 bilhões para militares inativos e R\$ 147 bilhões para pensões. Na Marinha, são R\$ 120 bilhões para militares inativos e R\$ 87 bilhões para pensões, e, na Aeronáutica, R\$ 98 bilhões e R\$ 64 bilhões, respectivamente. Procurado, o Ministério da Defesa não comentou os dados.

O aumento sistemático dos passivos, como essa provisão para pagamento de benefícios aos militares, vem sendo feito gradualmente pelo Tesouro. O processo de convergência termina neste ano, mas a maior parte das mudanças foi implementada no ano passado. “O efeito dos R\$ 700 bilhões no patrimônio líquido é decorrente de adoção inicial, ou seja, pela primeira vez estou fazendo um registro [dessa despesa] de acordo com as normas internacionais de contabilidade”, explicou o subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento.

Segundo ele, o “passivo a descoberto” se manteve no mesmo patamar elevado no primeiro trimestre deste ano. “O PL [patrimônio líquido] negativo é proporcionalmente alto em relação ao PIB [Produto Interno Bruto], é preciso reverter essa tendência”, disse. Nascimento ainda destacou que esse resultado reforça a necessidade de medidas para correção de rumos, o que passa pela aprovação de reformas que permitam o país reverter déficit primário em superávit.

O secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, disse recentemente que, mantendo o cumprimento do teto de gastos, o país conseguirá ter superávit primário entre 2024 e 2025. O Brasil registra déficit primário desde 2014. Já o subsecretário do Tesouro explicou que a análise contábil, do comportamento dos ativos e passivos da União, é

mais uma abordagem de prestação de contas, ou seja, para mostrar como estão sendo usados os recursos públicos.

O Relatório Contábil do Tesouro Nacional aponta que a União precisou se endividar para conseguir manter suas atividades operacionais e fazer os gastos necessários para garantir medidas de combate à pandemia. A Dívida Pública Federal Mobiliária interna (DPFMI) em mercado, por exemplo, passou de R\$ 4,09 trilhões em 2019 para R\$ 4,76 trilhões no ano passado. Dos R\$ 668 bilhões de aumento, R\$ 563 bilhões se concentraram no curto prazo para cobrir os gastos com covid-19.

Além disso, o documento ressalta a preocupação com a perda de ações na Justiça, com a queda dos pagamentos de dívidas com a União pelos Estados e municípios e aumento dos calotes que acabam sendo honrados pelo Tesouro. “A análise dos fluxos das dívidas de Estados, Distrito Federal e municípios perante a União demonstra que os pagamentos desses entes nos últimos anos se reduziram, não atingindo sequer a correção monetária e os juros, implicando aumento de estoque dessas dívidas”, informa o relatório.

Apesar do aumento do “passivo a descoberto”, o subsecretário ressaltou que o documento mostra uma melhora na gestão dos ativos da União. Isso porque foi aprovado pelo Congresso Nacional o uso de superávit financeiro dos atuais fundos do Poder Executivo para pagar a dívida pública. Neste ano, R\$ 140 bilhões dos fundos foram utilizados para amortização de dívida. Além disso, o endividamento só não foi maior devido à devolução de empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Tesouro Nacional, que somente neste ano será de R\$ 100 bilhões.

O relatório destaca que a reforma da Previdência não corrigiu totalmente a tendência de alta do resultado negativo no longo prazo. A projeção de déficit atuarial do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para 2060, que antes da reforma era de 11,64% do PIB, caiu para 8,67% do PIB, mas o patamar continua elevado.



Por Edvaldo Santana

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-dire... [ver mais](#)

Crise e privatização da Eletrobras

É provável que já em fins de setembro o sistema não consiga atender à demanda

10/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

— Foto: Rubens Fraulini/Itaipu Binacional

O Operador Nacional do Sistema (ONS), em Nota Técnica de 4 de maio, bem detalhada por Daniel Rittner no **Valor** de 8 do mesmo mês, pôs alguns ingredientes para as tratativas que circundam a severa crise do setor elétrico. São elevados os riscos de oito reservatórios, os maiores da Bacia do Rio Paraná, ficarem incontroláveis em novembro. Só eles representam quase 19% da capacidade de armazenamento de todo o sistema elétrico e 10.075 MW de potência, que atendem a 10% do consumo total.

E não é apenas isso. Todos eles são típicos reservatórios de cabeceiras e de regularização (nos rios Paranaíba, Grande e Araguari), estratégicos para aumentar e

estabilizar a produção hidrelétrica. Os reservatórios de Furnas e Mascarenhas de Moraes, ambos no rio Grande, estão, respectivamente, a 759 e 661 m em relação ao nível do mar. Da mesma forma, os de Emborcação e Itumbiara, no rio Paranaíba, estão, nesta ordem, a 630 e 500 m. A construção desses monumentos da engenharia e da hidrologia, o mais novo em meados dos anos 1980, é fruto do conhecimento e da criatividade de um seleto elenco de visionários que fizeram escola.

Mais eficaz seria a redução incentivada do consumo, mas joga contra isso a variável política, como em 2001

Mas, para pôr mais luz nos números e nas preocupações do ONS, prefiro usar um exemplo muito simples. Suponha que sua casa tenha uma caixa d'água de 3.000 litros. Com ela totalmente cheia, a água chega com mais força às torneiras. A partir do momento que fica com 400 litros ou menos, é perceptível a redução da força d'água. É que essa força é diretamente proporcional à altura da queda, ou cota, que leva em conta a lâmina d'água.

Em uma hidrelétrica a coisa é parecida. Além da altura da queda da própria usina, há ainda os efeitos dos reservatórios a montante (acima) ao longo do curso do rio. Para que se tenha uma noção dessa grandeza, Itaipu, no rio Paraná, que é formado por diversos rios, incluindo os dois mencionados acima com seus grandes reservatórios, fica 218 m acima do nível do mar. Mais de 550 m de desnível comparado com

Furnas. Muita força para mover as turbinas. É uma grande vantagem. É uma das razões para a excelente produtividade de Itaipu. É dos melhores projetos do mundo, mesmo sendo uma usina a fio d'água - sem reservatório de acumulação.

O problema: a potência que sai dos geradores de uma hidrelétrica é diretamente proporcional à altura da queda (como na caixa d'água), à vazão, medida em metros cúbicos (volume) por segundo, e à eficiência do conjunto turbina-gerador. Como a queda, em função da acelerada redução do nível da lâmina d'água, diminuiu e diminuirá mais até novembro, a produção da mesma potência exigirá mais água, que é o recurso mais escasso.

Em outras palavras, com o menor volume de água e a conjuntural redução da queda, será quase impossível fazer gerar a potência (kW) definida nas placas de um bom conjunto de hidrelétricas. O mais grave é que, dos oito reservatórios listados pelo ONS, cinco, os de maiores potência, estarão abaixo de 2% no fim de junho e julho, ou 3% em novembro se derem certo as medidas decorrentes da emergência hídrica já decretada. Assim, é significativa a probabilidade de que já em fins de setembro o sistema não consiga atender à demanda máxima ou à demanda na hora da ponta.

Tenho outro ingrediente que pode desandar esse angu. Há pelo menos 10 anos se suspeita que os reservatórios, mesmo quando supostamente cheios, esvaziam-se muito rápido. A PSR, principal empresa de consultoria no tema, repisou o assunto em vários dos seus relatórios, no que chamava de "fatores de fricção".

Ou os reservatórios perderam em capacidade com o passar do tempo ou as usinas perderam em produtividade (mais água para gerar 1 kW) ou o uso múltiplo da água é maior que o outorgado ou tudo isso junto. Nos três casos, o volume de recursos hídricos disponíveis seria menor que o aplicado no planejamento da operação.

Aqui a crise de oferta se une a outro tema polêmico, a Medida Provisória de privatização da Eletrobras. Pela MP, mais de R\$ 5 bilhões serão destinados, veja só, à revitalização das bacias do rio São Francisco e daquelas na área de influência de Furnas Centrais Elétricas. Como tal dispositivo fazia parte da MP original, o governo talvez já percebesse que alguma coisa precisava ser feita nos reservatórios. Ou,

quem sabe, a lâmina d'água ficou inadequada às modernas embarcações de lazer, daí a pressão política.

O certo é que, dos oito reservatórios que mais preocupam o ONS, cinco, os maiores, pertencem à Furnas. Isso intensifica a desconfiança de que esses ativos de geração, que estão no contrato de concessão das usinas, têm, em termos reais, menos água do que os números oficiais. Se for assim, antes da data esperada pelo operador do sistema a situação já será bem mais grave. Em novembro, esses reservatórios terão mais lama que água.

Não tenho dúvida que o cenário poderia ser outro se a matriz elétrica contemplasse mais eólicas, solar e termelétricas. Mas as térmicas devem ser despacháveis, e não inflexíveis, e localizadas próximas do centro de carga e onde já exista gás natural. E a quantidade de MW pode até ser maior do que a prevista na MP da Eletrobras.

Na travessia de 6 meses, e sem retorno, o governo tem bons instrumentos e capacidade técnica para gerenciar os riscos de agravamento da escassez este ano. Porém, na perspectiva bem razoável traçada pelo ONS, se chegaria em fins de novembro com os reservatórios quase no lodo, com graves consequências também para 2022. E tudo isso com o vento a soprar a favor, chuvas abundantes no Sul, o agronegócio a não questionar e se as térmicas não negarem fogo.

Em um cenário menos ambíguo, a opção mais eficaz, e prudente, é a redução incentivada do consumo, e não só na hora da demanda máxima. Joga contra isso a variável política, como em 2001.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

Inflação mais elevada ajuda a turbinar receitas do governo

Para analistas, dados não mostram uma melhora sustentada da arrecadação

Por Alex Ribeiro — São Paulo

10/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A aceleração da inflação foi o principal fator por trás do aumento recente da arrecadação de impostos, mostram cálculos apresentados pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

No primeiro quadrimestre, a arrecadação subiu 25%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Desse total, nada menos do que dez pontos percentuais se devem apenas à inflação.

O crescimento da arrecadação ligado à expansão real do Produto Interno Bruto (PIB) responde por cinco pontos percentuais. Outras receitas não recorrentes explicam oito pontos percentuais do aumento da arrecadação.

Quando se analisam apenas as receitas recorrentes do governo, a inflação é a responsável por nada menos do que 60% do incremento da arrecadação de tributos ocorrida no primeiro quadrimestre.

Campos Neto citou esses cálculos para argumentar que, na verdade, não é apenas a inflação que está por trás da melhora fiscal do país nos últimos meses. Em apresentação feita num evento virtual do banco J.P. Morgan, na segunda-feira, os dados são apresentados com o título “melhora nas contas fiscais”.

Mas especialistas em contas públicas ouvidos pelo **Valor** argumentam, de forma reservada, que os dados não mostram uma melhora sustentada da arrecadação, como o título do gráfico apresentado por Campos Neto sugere.

O impacto na arrecadação do crescimento real do PIB, de cinco pontos percentuais, parece representativo, mas na verdade uma boa parte disso está ligada à recuperação cíclica da economia. O governo não pode contar permanentemente com melhoras dessa magnitude para gerar superávits primários e fechar as suas contas.

O mais adequado, no caso, é observar a tendência de crescimento sustentado da economia, que é o chamado PIB potencial. As estimativas do mercado são de que o PIB potencial esteja em cerca de 2% ou 2,5%, embora muitos analistas afirmem que possa representar cerca de metade disso, já que o crescimento populacional se desacelerou e os ganhos de produtividade têm sido pífios nas últimas décadas.

Nos seus cálculos, Campos Neto assumiu que, a cada ponto percentual de crescimento nominal do PIB, a arrecadação de tributos cresça 1,1%. Tecnicamente, isso é o que os economistas chamam de elasticidade da arrecadação em relação ao crescimento.

Ele próprio faz algumas ponderações sobre as contas. As receitas podem ter sido temporariamente favorecidas com a mudança do padrão de consumo durante a pandemia.

A demanda por serviços se deslocou para bens, que são mais taxados. E um pedaço da economia informal se deslocou para o comércio eletrônico, que é mais eficaz em cobrar impostos.

O presidente do Banco Central tem expressado, nas últimas semanas, uma visão otimista sobre a situação fiscal, na qual ele vê progressos. Para ele, essa suposta melhora é um dos fatores que vêm sustentando a apreciação recente da taxa de câmbio.

Analistas independentes, no entanto, vêm chamando a atenção para a ajuda de fatores episódicos na melhora do quadro fiscal. Na arrecadação, citam o pagamento de impostos que foi postergado do ano passado para este e a ajuda da inflação.

Também dizem que a inflação mais alta acelerou o deflator do PIB, o que significa a corrosão das dívidas que o governo tem junto aos detentores de títulos públicos e outros créditos oficiais.

Para esses analistas, esses fatores criam um ponto de partida mais favorável do que se esperava para a dívida bruta, que tende a ficar mais baixa neste ano, em torno de 85% do PIB, em vez dos 90% antes estimados.

Mas não resolvem a dinâmica de crescimento da dívida no longo prazo, que segue preocupante. Vai levar pelo menos uma década, segundo os cálculos dos especialistas, para o endividamento entrar em trajetória de queda, caso seja mantida a regra do teto de gastos.

E a inflação, ao mesmo tempo em que dá uma sensação de alívio no curto prazo, gera mais dificuldades. Investidores passaram a exigir prêmios mais altos nos títulos públicos para evitar a corrosão do valor de suas aplicações. E o Banco Central está sendo obrigado a fazer um aperto monetário mais forte para conter a aceleração inflacionária.

Além disso, a arrecadação costuma subir primeiro, mas depois vem a alta de gastos. O próprio teto de gastos é, na essência, um limite no crescimento das despesas - e um crescimento mínimo - ligado à inflação passada.

O alívio ilusório do lado das receitas não é bom por outro motivo: Estados e municípios estão ficando com o caixa mais cheio, e muitos deles poderão gastar com aumentos de salários e de despesas recorrentes no ano de eleições.

Conteúdo Publicitário

Luiz Barsi vende ações e reduz participação na Eternit para 4,79%

VALOR INVESTE

Polícia Militar gasta R\$ 2,2 milhões em 9 carros elétricos, mas não vai levar bandidos neles

UM SÓ PLANETA

Novo Ford Maverick perde V8, mas tem motor híbrido e caçamba para brigar com Fiat Toro

UM SÓ PLANETA



COMENTÁRIOS

Provisão para perdas judiciais cresce mais R\$ 88 bilhões em 2020

Estimativa feita pela Receita é conservadora, afirma subsecretário

Por Beatriz Olivon e Edna Simão — De Brasília

10/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

As provisões para perdas relacionadas a ações administrativas e judiciais ajuizadas contra a União saltaram de R\$ 681,2 bilhões em 2019 para R\$ 769,6 bilhões em 2020, segundo Relatório Contábil do Tesouro Nacional. De acordo com o subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, essa estimativa de perda feita pela Receita é conservadora. A avaliação é que nem tudo que foi provisionado será convertido em pagamento.

Essas provisões se referem às perdas prováveis decorrentes de teses em discussão na Justiça ou na esfera administrativa. Uma única tese tem potencial de perda de R\$ 258 bilhões e se tornou uma perda, de fato, no dia 13 de maio de 2021. Nesta data o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins. A Corte negou recurso em que a União tentava reduzir essa perda do julgamento de mérito realizado em 2017.

O segundo tema de maior valor entre as discussões tributárias é o aproveitamento de créditos de PIS e Cofins, que tem impacto estimado em R\$ 32 bilhões. O assunto aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça e no STF.

Fora das ações tributárias, os maiores valores nas perdas possíveis são de ações sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Uma ação civil pública, por exemplo, determinou em 2015 que a União complementasse o repasse de verbas. A obrigação é de R\$ 90 bilhões, mas cerca de R\$ 20 bilhões já teriam sido repassados. A União ainda tenta, na Justiça, evitar o pagamento.

Enquanto as perdas prováveis aumentaram entre 2019 e 2020, as possíveis caíram. “Principalmente pelas decisões favoráveis para a União”, diz o relatório. A soma das perdas possíveis e prováveis reduziu de R\$ 2,2 trilhões em 2019 para R\$ 1,8 trilhões em 2020.

O risco provável ocorre quando probabilidade de perda por parte da União é alta, e é necessário o registro do passivo no balanço patrimonial. Já no possível, a probabilidade de perda não é alta, mas ainda considerável. Os valores são considerados passivos contingentes e não são reconhecidos no balanço patrimonial da União, mas mencionados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Entre as perdas possíveis, a principal discussão é sobre creditamento de insumos na base de cálculo de PIS e Cofins. A estimativa de perda é de R\$ 473 bilhões. O STJ já julgou o assunto, mas definiu solução intermediária entre o que União e contribuintes pediam e que depende da análise de como o insumo é usado em cada empresa.

Duas discussões consideradas “tese-filhote” da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins estão nas perdas possíveis. Envolvem a inclusão de PIS e Cofins nas suas próprias bases de cálculo e a inclusão do ISS na base de PIS e Cofins. As perdas são estimadas, respectivamente, em R\$ 63 bilhões e R\$ 34 bilhões.

A principal perda possível fora da área tributária é a arbitragem que pode condenar a União a ressarcir a Petrobras pelos prejuízos decorrentes de corrupção e má administração, no âmbito da Operação Lava-Jato. A perda é estimada em R\$ 166 bilhões.

Em geral, o valor das teses é sempre um pouco controverso, segundo Breno Vasconcelos, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados. No caso da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins, os contribuintes questionavam qual era a metodologia da conta e ela não era muito clara, segundo ele.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

Abertura enfrenta obstáculos poderosos no Mercosul

A proposta de negociações individuais com países fora do bloco significaria o fim da união aduaneira

10/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Em três décadas de existência, o Mercosul esteve diversas vezes à beira da ruptura, que nunca se consumou. O capítulo de tensões atual, que envolve dois presidentes politicamente inconciliáveis, como raramente foram no bloco - Jair Bolsonaro e Alberto Fernández -, deve ter o mesmo fim. A proposta do governo brasileiro, de cortar a Tarifa Externa Comum em duas rodadas de 10%, agora e no fim do ano, desagradou Fernández, que contrapropôs um corte de percentual semelhante apenas sobre bens intermediários. Brasil e Uruguai querem negociar acordos em separado com terceiros países, o que não é do agrado nem dos argentinos nem do Paraguai.

O candidato e depois presidente Alberto Fernández atravessou a fronteira política para defender o ex-presidente Lula, então na prisão. O presidente Bolsonaro declarou em plena campanha eleitoral argentina que torcia pela vitória do rival Mauricio Macri à “esquerdalha de Cristina Kirchner”.

O duelo prossegue. O ministro da Economia, Paulo Guedes, que pressiona pela aceitação das propostas brasileiras, disse que “o Mercosul nos aprisionou”, o que para ele é um erro que precisa de urgente correção. O embaixador argentino Daniel Scioli procurou os ex-presidentes Fernando Henrique, Lula e José Sarney buscando defesa das posições argentinas. Em mensagem pública, Lula e Fernando Henrique foram contra as propostas do governo brasileiro.

A iminência de rompimento do bloco tem mais chances de prosperar quando há uma sensação pervasiva de impasse e estagnação, como é o caso agora. No passado, as tensões foram amortecidas pela conciliação, sem que os problemas que as motivaram fossem resolvidos de fato. Os governos dos Kirchner, do qual o de Alberto Fernández é em boa medida uma continuação, foram fortemente protecionistas e criaram uma série de barreiras comerciais a produtos brasileiros, que auxiliaram o avanço da China no mercado vizinho.

O então presidente Lula, e depois a presidente Dilma Rousseff, foram condescendentes com essas violações do espírito do bloco, assim como com os desmandos autoritários dos governos venezuelanos, de Chávez a Maduro. O governo de Bolsonaro, direitista, não pretende apaziguar divergências e é estridente com Buenos Aires, o que tampouco resolve os problemas.

A realidade mostra que o Mercosul foi imensamente proveitoso aos quatro países, algo irrefutável nos primeiros anos do bloco, quando o comércio regional floresceu e a Argentina chegou a ser o segundo parceiro brasileiro no comércio global. A indústria automobilística, que puxou os volumes de comércio, se tornou integrada regionalmente, apesar da liberalização total de carros no bloco nunca ter prosperado.

A heterogeneidade dos países e a falta de interesses políticos e econômicos comuns deixaram no limbo as promessas do Tratado de Assunção, como o livre trânsito de mão de obra. As políticas econômicas jamais se aproximaram, com a Argentina flertando sucessivamente com o caos e o Brasil se frustrando com seus frequentes “voos de galinha”. A ascensão de Bolsonaro trouxe à tona a agenda da abertura da economia, essencial para o aumento da produtividade. Como ela não pode ser feita isoladamente, o Brasil agora quer cortar tarifas na TEC, cujas alíquotas médias estão entre as maiores do mundo. Com as duas reduções de 10%, a alíquota média cairia pouco mais de 2 pontos percentuais, de 11,7% para 9,5%.

A abertura é uma bandeira correta, mas o governo de Bolsonaro está mais acostumado a ultimatos do que a sérias negociações diplomáticas. Além disso, é digno de nota que a oposição que a abertura (modesta nos termos propostos) suscita no governo argentino é mais ou menos a mesma que desperta em industriais brasileiros. Grande parte dos empresários dos dois lados da fronteira reclamam de sérios empecilhos para uma concorrência justa com produtos estrangeiros -tributação, infraestrutura deficiente, má qualidade da mão de obra, insegurança jurídica etc. São obstáculos reais, mas eles reivindicam sua resolução a priori como condição para a abertura, motivo pelo qual ela nunca ocorreu.

A Argentina só aceitará corte de 10% em 75% das linhas tarifárias, referentes a bens intermediários. É possível algo além disso com negociações desprovidas de espírito belicoso. A proposta de negociações individuais com países fora do bloco significaria o fim da união aduaneira. Não será aceita e não há o mínimo entendimento político para que prospere.

Relator defende reforma para todo o funcionalismo

Arthur Maia disse que pretende aproximar as regras dos servidores das adotadas para os trabalhadores da iniciativa privada

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

10/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Indicado relator da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa, o deputado Arthur Maia (DEM-BA) afirmou ontem que pretende incluir todos os servidores públicos em seu parecer e aproximar as regras do funcionalismo das adotadas para os trabalhadores da iniciativa privada. Ele não quis estabelecer um prazo para finalizar as discussões e disse que isso dependerá do número de audiências públicas realizadas.

A comissão especial que analisará a reforma administrativa foi instalada ontem, com a eleição do deputado Fernando Monteiro (PP-PE) como presidente e Maia como relator - função que negocia o projeto com os interessados e que é a única a poder apresentar alterações ao texto após o prazo de emendas, que se encerra após dez sessões de plenário.

Maia disse que já assinou emenda do deputado Kim Kataguirí (DEM-SP) para incluir juizes, promotores, parlamentares e militares na PEC e que é “razoável” que todos sejam incorporados as novas regras. “Não me sinto à vontade de fazer uma reforma para apenas uma parte do funcionalismo público, vamos fazer para todos”, disse.

A proposta do governo foi criticada por estar limitada apenas aos servidores do Executivo e não incluir agentes políticos, como deputados e senadores. Na época, a equipe econômica disse que estava limitada por vício de iniciativa a apresentar regras para outros Poderes, mas que o Congresso tinha poder de ampliar o projeto por emendas.

O relator disse que é preciso diferenciar direitos adquiridos de expectativa de direito e que há pessoas fazendo confusão sobre isso. Questionado se as férias de 60 dias dos juizes são um direito adquirido, ele afirmou que é preciso dar “igualdade” a todos os trabalhadores e que elas só fariam sentido se todos no país tivessem o mesmo direito.

Entre os temas que ele destacou que serão discutidos está a estabilidade do servidor público, os cargos comissionados e avaliação de desempenho.

Apesar da preocupação de governistas de que a aproximação do período eleitoral dificulte a votação da PEC, Maia disse que não tem medo de tratar do projeto no ano anterior à eleição e deu um “recado” para os colegas. “Fui relator da reforma da Previdência no governo Temer e estou aqui reeleito. O eleitor vota em quem tem convicções”, disse.

O prazo de discussão da proposta na comissão especial ainda não está fechado. O relator e o presidente da comissão vão se reunir na próxima semana para elaborar uma lista de temas e um calendário de audiências públicas, que será submetido na quarta-feira aos colegas. Monteiro disse que trabalhará com diálogo, mas visando a modernização do Estado e a reforma “possível”. “A população está insatisfeita, os próprios servidores estão insatisfeitos”, afirmou.

O deputado Rui Falcão (PT-SP) criticou a proposta do governo e afirmou que a discussão do projeto é inoportuno em meio à pandemia, quando o acesso à Câmara está restrito aos credenciados. Ele disse que o PT defende que a reforma trate dos supersalários, de uma data-base e das negociações coletivas para os servidores públicos.



COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Compre sua casa em 180 meses, sem entrada e sem pagar juros.

EMBRACON

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

Capitalização da Eletrobras deve levantar R\$ 25 bilhões, diz Limp

Presidente fala em programa de demissões voluntárias e aporte em nova estatal

Por Gabriela Ruddy, Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — Do Rio e de Brasília

10/06/2021 05h01 · Atualizado há uma hora

Rodrigo Limp, presidente da estatal, tem a expectativa que oferta subsequente de ações da companhia ocorra entre janeiro e fevereiro do próximo ano — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A **capitalização da Eletrobras** deverá ocorrer no **primeiro bimestre de 2022** e levantar **recursos privados da ordem de R\$ 25 bilhões**, disse ontem o presidente da estatal, Rodrigo Limp, em sua primeira entrevista no cargo.

Segundo o executivo, a projeção leva em conta o que a Eletrobras precisará pagar ao Tesouro Nacional, como bônus de outorga pelos novos contratos de concessão das suas usinas hidrelétricas. Ele ponderou, no entanto, que o valor final da operação ainda depende de estudos tocados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela própria empresa.

“A questão da bonificação da outorga é um parâmetro que foi considerado, mas há outro, que é a premissa de que a operação tenha tamanho suficiente para que a União tenha seu controle reduzido a menos da metade. Caso não seja suficiente, ainda é prevista a possibilidade de alienação de ações da União, mas esse não é o cenário mais provável”, afirmou ao **Valor**.

Presidente da Eletrobras avalia que haverá condições de conter o risco de desabastecimento

Além da outorga, a “nova” Eletrobras terá que assumir outras despesas financeiras no futuro, como contribuições anuais à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para amenizar as tarifas de energia e desembolsos de quase R\$ 9 bilhões em ações como recuperação de bacias hidrográficas, nos próximos dez anos.

De acordo com ele, a expectativa é que a oferta subsequente de ações (“follow on”) da companhia ocorra entre janeiro e fevereiro. Isso está condicionado à aprovação da MP 1.031, medida provisória que autoriza a privatização da Eletrobras, em reta final de discussão no Senado. Hoje, a União tem uma participação de 62% na estatal do setor elétrico, que deve ser reduzida para cerca de 45% depois da capitalização.

Na entrevista, Limp antecipou que a **Eletrobras pretende fazer uma nova rodada do plano de demissão consensual (PDC) em 2021**. Os PDCs vêm sendo implementados como parte de seu processo de reestruturação, nos últimos anos, em uma tentativa de deixar a companhia mais bem preparada para a transferência do controle à iniciativa privada.

Em março de 2021, a Eletrobras tinha 12.088 funcionários, frente aos quase 25 mil de antes da reestruturação. Em outubro, com essa nova rodada de desligamentos, a previsão é chegar a um número de 11.612 empregados.

“Estamos muito próximos do número de funcionários que consideramos ideal para a empresa. A grande redução de custos com pessoal já ocorreu”, disse. Em seguida, Limp lembrou que a companhia poderá aumentar novamente o quadro de pessoal no futuro, com o crescimento pós-privatização. “Temos a necessidade de rejuvenescer o quadro, que hoje tem uma faixa etária elevada.”

Empossado no início de maio, já com a MP 1.031 tramitando na Câmara dos Deputados, Limp vê uma Eletrobras pós-capitalização mais atuante no mercado livre de energia. “Vai ser uma empresa mais competitiva, mais dinâmica, mais aderente

às transformações que estão acontecendo. O setor elétrico do futuro tem muito foco no mercado livre, que já é a grande fronteira de expansão, com quase 70% dos empreendimentos de geração sendo construídos.”

Sem apetite para entrar na briga causada pela inclusão de emendas “jabutis” na medida provisória, como a exigência de contratação de usinas térmicas e a prorrogação dos contratos com subsídios do Proinfa (programa de incentivos às fontes renováveis de energia), Limp evitou comentários detalhados sobre a fase final de tramitação no Congresso.

Ele deixou claro, porém, que uma eventual perda de vigência da MP 1.031 terá reflexos para a Eletrobras. No plano de longo prazo da companhia (2020-2035), ela prevê investir em torno de R\$ 200 bilhões em ativos de geração e transmissão no período, caso seja capitalizada. Sem novos aportes dos acionistas privados, o investimento cai para uns R\$ 95 bilhões.

Antes de privatizar a companhia, o governo precisará segregar a Eletronuclear e Itaipu Binacional, que vão ser reunidas em uma nova estatal. Essa empresa, que ficará com o controle das usinas nucleares em atividade (Angra 1 e 2) e em construção (Angra 3), ainda não tem nome. O orçamento da União para 2021 reserva R\$ 4 bilhões para constituí-la.

Limp afirmou que a Eletrobras deverá tornar-se sócia minoritária, mediante aporte de recursos, na nova estatal. “Na segregação, que não está com modelo definido, o que estamos considerando hoje como possibilidade é que a Eletrobras, mesmo não sendo a controladora da Eletronuclear com essa nova empresa, muito provavelmente poderia continuar como uma sócia, mas uma sócia minoritária dessa empresa.”

Consultor legislativo da Câmara, Limp foi um dos técnicos mais empenhados no primeiro projeto de lei que tratava da privatização da Eletrobras, formulado pelo governo Michel Temer e então sob relatoria do ex-deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Depois, ele foi indicado para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). De lá, passou pouco mais de um ano como secretário de Energia Elétrica no Ministério de Minas e Energia, onde lidou com o princípio da atual crise hídrica.

Sobre isso, Limp disse que a Eletrobras tem dado sua contribuição para ajudar o país a enfrentar o atual quadro de escassez de chuvas. De acordo com ele, isso ocorre com o esforço de manter a “máxima disponibilidade” dos ativos em operação.

“Estamos reunindo todos os esforços possíveis para manter a máxima disponibilidade possível do nosso parque gerador, não só hídrico como nuclear, o que é fundamental para esse momento”, afirmou. Segundo o executivo, esse esforço também se estende às linhas de transmissão. “Estamos evoluindo cada vez mais na disponibilidade das instalações de transmissão. No ano de 2020, foi o nosso melhor ano.”

Ele lembrou que as redes de transmissão contribuem para aumentar a segurança energética, especialmente nas transferências de energia entre diferentes regiões. “A maior crise hídrica está acontecendo no Sudeste e no Centro-Oeste. Tivemos momentos em que o Nordeste não conseguia exportar toda a energia possível, por causa de restrições na transmissão. Manter a máxima disponibilidade dos ativos é fundamental.”

O presidente da Eletrobras avalia que haverá condições de conter o risco de desabastecimento. “Este é um ano, de fato, muito crítico em termos de regime hidrológico, mas vejo o governo muito bem estruturado para enfrentar”, disse.

Saiba Mais

[Indicação para a ONS pode precisar de aval do Senado](#)

[MP da Eletrobras reduz contas em 7,3%, diz MME](#)

 [COMENTÁRIOS](#)

mistas, não agir agora representaria um risco para a inflação do próximo ano, marcado pelas eleições presidenciais. Os juros estão em 3,5% ao ano e, após a última reunião, a autoridade monetária indicou que pode haver nova alta de 0,75 ponto percentual.

— É importante que as expectativas (para o IPCA em 2022) não se desancorem. Para isso, o BC precisará ser firme na ata, comunicando que a meta de inflação é importante para trazer a taxa para próximo de 3,5% ao que vem — disse Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, citando o centro da meta de 2022.

Segundo Rafaela, os riscos para os preços no segundo semestre estão mais relacionados ao aumento da inflação de serviços, além do impacto de uma possível prorrogação do auxílio emergencial. O governo avalia estender o benefício por mais dois ou três meses a depender do ritmo de vacinação. A injeção de recursos, porém, incentiva o consumo, o que poderia alimentar mais a inflação:

— Prorrogar por muito tempo (o auxílio) de maneira não responsável pode prejudicar o balanço fiscal e gerar mais inflação lá na frente. O fiscal também precisa manter a responsabilidade para que a inflação não saia de controle.

FOLGA FISCAL MAIOR

De outro lado, a inflação mais alta tem um efeito benéfico para o governo sob a ótica de que cria uma folga fiscal maior no próximo ano. Como o Orçamento é indexado pela inflação acumulada em 12 meses até junho, este patamar pode ser mais alto do que o da inflação do fim do ano.

Andrea Damico, economista-chefe da gestora Armor Capital, chama atenção para a aceleração dos núcleos de inflação (medidas que retiram as maiores variações). Segundo cálculo da economista, a média dos cinco núcleos acompanhados pelo Banco Central (BC) avançou de 0,40% em abril para 0,64% em maio, descontado o efeito sazonal.

Ela prevê que o IPCA encerre o ano em 6,2% e chegue a 4,2% em 2022. Por isso, defende a necessidade de elevação da Selic:

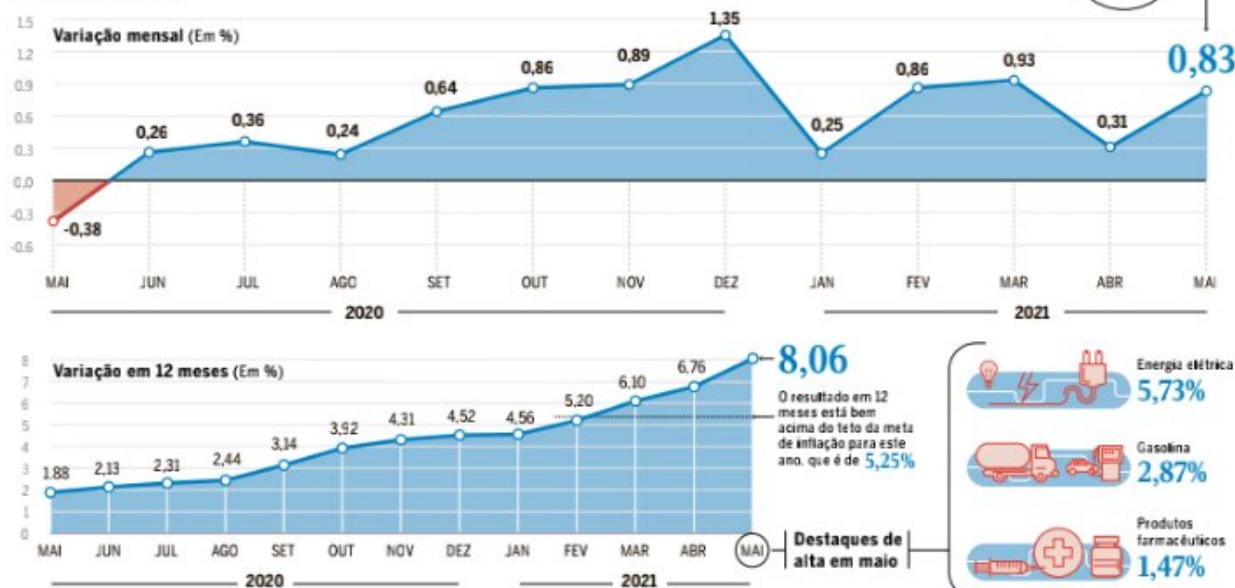
— O BC vem insistindo que o choque é temporário desde o ano passado, mas daqui a pouco chegamos no segundo semestre, e a inflação continua persistente. O IPCA de hoje pode ser um divisor de águas para ele reconhecer. Como o próprio BC e o ministro Paulo Guedes dizem, fazer a coisa correta é o melhor que se pode fazer para o crescimento.

(*Estagiário, sob supervisão de Danielle Nogueira)

O COMPORTAMENTO DO ÍNDICE

Resultado em maio superou as projeções de analistas, que esperam alta de 0,71%

A EVOLUÇÃO DO IPCA



Fonte: IBGE

ACIMA DO TETO DA META

A MAIOR INFLAÇÃO PARA MAIO EM 25 ANOS

IPCA de 8,06% em 12 meses aumenta pressão por alta de juros

CAROLINA NALIN E ALEX BRAGA*
economiastaglobo.com.br

Impulsionado pelo aumento de itens como energia elétrica e combustíveis, o IPCA avançou 0,83% em maio. O resultado superou as previsões do mercado e representa a maior taxa para o mês em 25 anos. Para analistas, o comportamento dos preços mostra uma inflação mais persistente do que o previsto, alvo de pressões que devem se estender ao longo do segundo semestre, como o custo maior da conta de luz em razão da crise hídrica. Diante desse quadro, economistas já dão praticamente como certo que o índice oficial ficará acima de 5,25% este ano, o teto da meta de inflação. E para evitar a deterioração das expectativas em 2022, a avaliação é que o Banco Central terá de rever os planos, com mais aumento de juros.

Em 12 meses até maio, o IPCA acumula alta de 8,06%, a maior taxa para este tipo de comparação desde setembro de 2016. No mês passado, a energia elétrica foi a maior pressão, com alta de 5,37%, puxada pelo acionamento da bandeira vermelha nível 1, uma sobretaxa na conta de luz que adiciona R\$ 4,169 à fatura a cada cem quilowatts-hora consumidos. Em junho, o item deve continuar a comprimir o orçamento das famílias, pois será adotada a bandeira vermelha nível 2, mais cara, em razão da escassez de água nos reservatórios de hidrelétricas.

MUDANÇA DE HÁBITOS

A promotora de vendas Simone Godinho, de 51 anos, já percebeu o aumento na conta de luz e diz que a escalada de preços veio em mau momento, pois a maioria da família permanece em casa em razão da pandemia:

— Meu marido e minha filha trabalham e estudam de casa. A iluminação, o computador, o celular ficam ligados direto. No início da pandemia, percebi aumento na conta porque passamos a consumir mais. Agora, sinto que o aumento é por conta da tarifa — diz, acrescentando que foi forçada a mudar hábitos: — Desconecte os aparelhos da tomada para gastar menos energia e espero um acúmulo grande de roupas para lavar tudo de uma vez só.

A gasolina também foi destaque, com alta de 2,87% em maio. O combustível acumulou uma variação de 45,80% nos últimos 12 meses. O grupo alimentação e bebidas avançou 0,44% no mês passado, influenciado pelo preço das carnes, que subiram 38% em 12 meses. Outras pressões vieram dos produtos farmacêuticos (1,47%) após au-

torização de reajuste em abril. Para Tatiana Nogueira, economista da XP Investimentos, há um movimento de espalhamento da inflação. Além da crise hídrica, a alta de commodities persiste, somada à quebra da cadeia de suprimentos, que não tende a se regularizar este ano, e a uma demanda aquecida, que permite o repasse dos custos elevados de bens industriais. Tudo isso, avalia, tem desancorado as expectativas para o ano que vem.

— Já projetávamos 6,2% pa-

ra 2021 e agora vemos a inflação do ano de 2022 em 3,8%, 0,3 ponto percentual acima do centro da meta do próximo ano. Fica uma situação difícil para o Banco Central. Vamos observar o próximo comunicado para ver se o Copom (Comitê de Política Monetária) vai indicar o movimento da próxima reunião e se irá retirar o termo ajuste parcial — diz ela, que prevê a Selic em 6,5% no fim do ano: — Imaginávamos esse valor no fim de 2022, mas antecipamos para outubro deste ano para ser possível segurar as expectativas de 2023 e 2024.

Especialistas avaliam que a decisão do Banco Central não é trivial. Elevar juros em ritmo mais acelerado pode funcionar como um balde de água fria na trajetória de recuperação da economia. Mas o impacto de uma alta da Taxa Selic leva de seis a nove meses para surtir efeito. Para os econo-

Nas alturas. A conta de luz de Simone subiu

Secretário de Guedes vê choque temporário de preço

Avaliação de Adolfo Sachsida é que, depois de um repique em junho e julho, inflação fechará ano dentro da meta estabelecida pelo Banco Central. Ele afirma que crise hídrica também é transitória

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Aceleração da inflação em maio, a maior alta para o mês em 25 anos, foi avaliada como um choque temporário pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. Para ele, o país ainda terá repiques inflacionários em junho e julho, mas fechará o ano dentro da meta.

O avanço da inflação em maio, de 0,83% em relação a abril, é resultado da alta na conta de luz, devido ao acionamento da bandeira vermelha como resposta à crise hídrica, e do aumento nos preços de combustíveis.

O IPCA acumulado em 12 meses é de 8,06%, acima do teto da meta estabelecida para esse ano. A meta de inflação do Banco Central (BC) para este ano é de 3,75%, podendo variar en-

tre 2,25% e 5,25%.

—É um choque transitório, e nós estamos trabalhando para que um choque transitório não tenha efeitos permanentes. Ou seja: vamos ter um repique, um pico da inflação em junho e julho, e, após isso, ela converge para a meta no final do ano — afirmou Sachsida ao GLOBO.

EFEITOS DO AUXÍLIO

Para controlar a inflação, o secretário aposta na política monetária do BC e na continuidade das reformas e da consolidação fiscal:

—É fundamental continuarmos insistindo na agenda de consolidação fiscal e reformas pró-mercado, como privatizações, concessões, abertura econômica, melhoria dos marcos legais, para que, atraindo mais investimentos, atraíamos mais competição, e isso gere ganhos de produtividade e preços melhores pa-



Sachsida. "É fundamental insistirmos em consolidação fiscal e reformas"

ra o consumidor.

A pressão da energia elétrica na inflação tende a se intensificar nos próximos meses, porque a bandeira vermelha passou ao patamar 2,

que tornará a conta mais cara, e o país em meio à pior seca dos últimos 91 anos, que traz o risco de racionamento.

—Essa questão climática é transitória. Temos de traba-

lhar para que possamos melhorar os marcos legais do setor energético, privatizar a Eletrobras e, com isso, atrair cada vez mais investimentos para o setor produtivo, gerando condições adequadas para o crescimento de longo prazo — afirmou Sachsida.

O Ministério da Economia também mantém no radar os efeitos do auxílio emergencial sobre a inflação. Em 2020, o pagamento do benefício acabou gerando efeito inflacionário por causa do aumento do consumo, sobretudo de alimentos, que também já estavam pressionados pela valorização do dólar.

Para este ano, o governo já trabalha com a possibilidade de prorrogar o auxílio emergencial por mais duas ou três parcelas, o que deve causar novo impacto na inflação.

—O auxílio emergencial, dada a magnitude dele, tem

vários efeitos espalhados pela economia. Nós vamos continuar monitorando esses efeitos — disse Sachsida.

'INFLAÇÃO NUNCA AJUDA'

O secretário ainda rechaçou a avaliação de alguns analistas de que a inflação pode ser positiva para as contas públicas:

— Inflação nunca ajuda em nada, inflação só piora.

Ele considera equivocada a interpretação de que a inflação elevada pode ter um efeito fiscal positivo para o governo e abrir espaço para gastos.

— Isso é uma interpretação equivocada da dinâmica inflacionária. Quando a inflação aumenta, isso gera uma série de efeitos negativos sobre a economia: ela aumenta o risco-país, a taxa de juros de longo prazo e isso piora o investimento e piora o crescimento — afirmou Sachsida.

Senado aprova projeto que protege superendividados

Texto também facilita a renegociação de empréstimos e proíbe ofertas de crédito que falem em operações 'sem juros' e 'gratuitas'

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem o marco regulatório do superendividamento com 73 votos a favor e nenhum contrário. O texto traz proteções para os consumidores endividados e cria um processo de renegociação com os credores. A matéria segue para sanção presidencial.

O projeto define o superendividado como uma pessoa

que não tem capacidade financeira de pagar todas as suas dívidas sem comprometer os recursos para seu "mínimo existencial". Nesses casos, o texto estabelece um processo de conciliação com todos os credores, instaurado por um juiz.

No processo, devedor e credores se reúnem em audiência conciliatória, na qual o consumidor deve apresentar uma proposta de plano de pagamento com prazo máximo de cinco anos. A proposta de-

ve conter as garantias e as formas de pagamentos originais.

Além disso, o plano de pagamento deverá prever medidas que facilitem o cumprimento da dívida e a data para o nome do devedor sair dos cadastros de inadimplentes.

CRÉDITO CONSCIENTE

Se não houver acordo, o juiz poderá, a pedido do consumidor, instaurar um processo para revisar os contratos e repactuar as dívidas. Esse plano vai,

no mínimo, assegurar o pagamento do valor principal devido com correção pela inflação.

"A importância de um tratamento mais concreto a um problema que atinge inúmeras famílias brasileiras ganhou contornos dramáticos diante dos efeitos econômicos adversos trazidos pela pandemia da Covid-19. Inúmeras pessoas viram-se subitamente privadas de seus trabalhos, perderam o emprego ou experimentaram perdas

consideráveis de renda, comprometendo a capacidade de honrar seus compromissos financeiros", afirmou em seu relatório o senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

O texto prevê várias mudanças para incentivar uma tomada de empréstimos mais consciente. Por exemplo, a instituição que fornece o crédito ou faz uma venda à prazo deverá informar ao consumidor o custo total da operação com a descrição de cada item e a taxa

efetiva mensal de juros.

O projeto também proíbe que a instituição fornecedora de crédito faça qualquer referência a operações "sem juros", "gratuitas", "sem acréscimo", "taxa zero" ou expressões semelhantes.

As instituições ainda serão proibidas de afirmar que as operações serão feitas sem consultarserviços de proteção de crédito, como a Serasa, e sem avaliar a situação financeira do consumidor.

O relator do texto disse ainda que parte do problema do superendividamento se deve à concessão irresponsável de crédito:

—É obrigação de quem fornece o crédito ter cautela.

VEJA OS PRINCIPAIS AVANÇOS DO TEXTO

O que prevê a lei?

O texto prevê a alteração do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Estatuto do Idoso para garantir a concessão do crédito responsável, a fim de prevenir o superendividamento. E cria instru-

mentos para conter o abuso de instituições financeiras na indução de idosos e vulneráveis a escolhas desfavoráveis de crédito.

Quem será protegido?

Consumidores hipervulneráveis,

como idosos, analfabetos e crianças, ao assédio de ofertas de crédito. O projeto também prevê condições de negociação mais justas a consumidores que ficaram impossibilitados de honrar seus compromissos financeiros por desemprego, doença ou outra razão que

impacte o orçamento da família.

Que instrumentos a lei cria?

A lei prevê a conciliação em bloco — simultânea com vários credores, como ocorre com empresas em recuperação judicial — esta-

belecendo um plano de pagamento em conjunto. Também é possível nomear um administrador judicial.

O que é crédito responsável?

O texto disciplina a oferta do crédito

com mudanças nas práticas de marketing e adoção de padrões de publicidade que evitem tomar crédito por impulso. Além disso, pretende limitar os pagamentos, para que o devedor mantenha um mínimo existencial para sua sobrevivência e a de sua família.

Governo identifica que venda de imóveis pode render só R\$ 89 bilhões

Apesar da promessa do Ministério da Economia de arrecadar mais de R\$ 1 trilhão, maioria dos bens não é alienável

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Apesar da promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de arrecadar mais de R\$ 1 trilhão com imóveis da União —valor citado pela primeira vez ainda durante a campanha eleitoral de 2018—, um levantamento do próprio governo indica que apenas R\$ 89 bilhões desses ativos podem ser vendidos. O dado faz parte do Relatório Contábil do Tesouro Nacional, que será divulgado hoje.

De acordo com o documento, o governo federal contabiliza R\$ 1,526 trilhão em imóveis. O próprio texto diz que, desse total, R\$ 400,5 bilhões são “passíveis de alienação”.

Na prática, contudo, o número é ainda menor. Isso porque, dentro desse universo, R\$ 311,19 bilhões são referentes a imóveis rurais do Incra destinados à refor-

ma agrária e terras públicas da Amazônia Legal, que não estão à venda. Ou seja, o número com que o governo pode efetivamente trabalhar é de R\$ 89,3 bilhões.

O Tesouro incluiu na conta total dos imóveis quaisquer bens sobre os quais a União detenha o controle, independentemente do fim a que se destina.

PROCESSO COMPLEXO

Para chegar à conta dos imóveis que podem ser vendidos na prática, porém, o Tesouro descontou do mapeamento os chamados “bens de uso especial”, como hospitais, escolas, ministérios e tribunais. Esses prédios públicos somam hoje R\$ 686,8 bilhões, de acordo com o relatório.

Também entra na lista de imóveis que não podem ser vendidos um montante de R\$ 367,4 bilhões em “bens de uso comum do povo”, como rodovias federais e fer-

rovias, que recentemente foram mensuradas e passaram a compor o patrimônio da União.

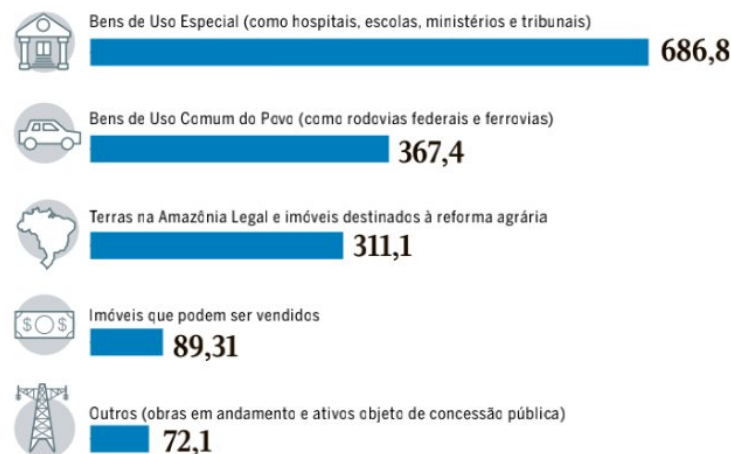
Há ainda R\$ 72,1 bilhões classificados como “outros”, relativos a obras em andamento e ativos cujos serviços foram objeto de concessão pública.

A venda de imóveis é um dos principais pilares do plano de privatizações e desinvestimentos do governo federal, que já conseguiu aprovar uma medida provisória no Congresso para facilitar esse processo.

Dentro do que pode ser vendido, estão casas, prédios, apartamentos e terrenos em cidades. A venda de imóveis federais é complexa e costuma demorar, pois envolve uma série de processos. Um exemplo disso é a venda do Edifício A Noite, na Praça Mauá, no Centro do Rio, cujo segundo leilão, realizado na última segunda-feira, não teve

PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Em R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional

Editoria de Arte

propostas de aquisição. Agora, o imóvel seguirá para venda direta com desconto de 25%, no valor de R\$ 73,6 milhões.

Apesar de a cifra de R\$ 1 trilhão ser frequentemente citada por Guedes, o plano de médio prazo do Ministério da Economia é mais modesto. No fim de 2020, o último levantamento da Secretaria de Desestatização indicava ser possível levantar R\$ 110 bilhões com imóveis federais até 2022.

Esse número inclui venda direta de imóveis e terrenos de marinha (terrenos à beira-mar, em que os

proprietários precisam pagar um valor ao governo) e a formação de fundos lastreados em ativos da União. Além disso, há a previsão de regularização de terrenos ocupados ilegalmente, economia com aluguéis e uma política habitacional em terrenos públicos.

PARTICIPAÇÃO EM ESTATAIS

O relatório do Tesouro Nacional também apresenta um panorama da participação federal em empresas estatais. O governo calcula ter fechado 2020 com uma participação total de R\$ 335 bilhões em estatais federais não dependentes.

Esse número vem subindo todos os anos e era de R\$ 242 bilhões em 2016.

O BNDES representa a maior parte dessa participação, somando R\$ 104 bilhões, seguido por Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

O relatório do Tesouro Nacional mostra ainda que, no ano passado, o governo recebeu R\$ 6,6 bilhões em dividendos, número 68,5% menor que em 2019. A queda é justificada pela redução do lucro das empresas de todos os setores, inclusive companhias privadas, causado pela pandemia de Covid-19.

Despesas da União com pessoal caem em 2020, diz relatório

BRASÍLIA

As despesas com pessoal do governo federal caíram no ano passado, saindo de R\$ 286,4 bilhões em 2019 para R\$ 285,3 bilhões. O dado faz parte do Relatório Contábil do Tesouro Nacional, que será divulgado hoje. Foi o primeiro

recuo pelo menos desde 2009, início da série histórica apresentada no levantamento.

Como contrapartida às transferências de recursos para estados e municípios, o Congresso aprovou, a pedido do governo, a proibição de reajustes de servidores das três esferas até o fim deste ano. A

União também tem apertado a contratação de pessoal e só deve fazer concursos após a reforma administrativa.

Para frear as despesas com salários, o Ministério da Economia reduziu ainda a taxa de reposição de servidores aposentados e digitalizou os principais serviços públicos.

A conta do Tesouro é um somatório da despesa bruta com ativos, inativos e pensionistas. Em 2020, as despesas com pessoal representaram o equivalente a 43,8% da receita corrente líquida do governo, número acima de 2019. Isso é justificado pelo fato de a receita do governo ter despencado

por conta da Covid-19.

Ainda segundo o Tesouro, entre 2010 e 2020, houve forte crescimento do rombo da Previdência no INSS, passando de R\$ 42,4 bilhões, em 2010, para R\$ 263,6 bilhões, em 2020. A projeção atuarial do déficit previdenciário para 2022 é de 3,50% do PIB,

podendo chegar a 8,67% do PIB em 2060. Relatório divulgado antes da reforma da Previdência estimava déficit de 11,64% do PIB para o mesmo ano. Ou seja, as mudanças nas regras amenizaram, mas não contiveram o crescimento do rombo.

Já o regime dos servidores fechou 2020 com déficit de R\$ 48,6 bilhões. O rombo na Previdência dos militares foi de 44,9 bilhões. (Manoel Ventura)

Portaria libera R\$ 3,1 bi do Orçamento para ministérios

Metade dos recursos vai para as pastas de Educação e Infraestrutura

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo federal publicou portaria ontem liberando R\$ 3,1 bilhões do Orçamento. Esses recursos são para gastos livres e investimentos, e foram bloqueados para viabilizar a sanção da lei orçamentária. Metade dos recursos vai para os ministérios da Educação, que receberá R\$ 900 milhões, e da Infraestrutura, que ficará com R\$ 700 milhões.

De acordo com o Ministério da Economia, o valor que está sendo liberado corresponde a 33,7% dos R\$ 9,2 bilhões que foram inicialmente bloqueados. Essa abertura no Orçamento foi possível após a publicação do relatório de avaliação de receitas e despesas, no fim de maio, que indicou a possibilidade de um espaço de até R\$ 4,8 bilhões.

A definição de quais pastas receberiam os valores foi feita pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) em 2



Guedes. Relatório de receitas e despesas indicou espaço de até R\$ 4,8 bilhões

de junho. Além desse desbloqueio de R\$ 3,1 bilhões, outra portaria do Ministério da Economia, publicada na segunda-feira, já havia liberado R\$ 921,9 milhões. Desse modo, o total de recursos que seguem bloqueados soma R\$ 5,23 bilhões.

MAIOR BLOQUEIO

Além do R\$ 1,6 bilhão agora, as pastas de Educação e Infraestrutura também tinham recebido R\$

348,1 milhões liberados em outra portaria.

De acordo com os dados do Ministério da Economia, os valores que haviam sido bloqueados da Infraestrutura, pasta comandada pelo ministro Tarcísio Gomes de Freitas, já foram totalmente recompostos. A pasta já recebeu R\$ 777,8 milhões para os gastos discricionários, que envolvem despesas livres e investimentos.

Já na Educação, além

dos R\$ 900 milhões liberados ontem, somam-se R\$ 270,9 milhões da portaria anterior. Ainda assim, a pasta é a que tem maior volume de despesas que seguem bloqueadas: R\$ 1,55 bilhão, segundo dados da Economia.

RECOMPOSIÇÃO INSUFICIENTE

A situação da Educação é preocupante. Como O GLOBO mostrou, quase metade — 30 de 69 — das universidades federais alertam que não vão conseguir chegar ao fim do ano com o orçamento atual, mesmo que todo ele seja desbloqueado.

Outras pastas que receberam valores mais significativos nesta rodada de desbloqueio foram Economia (R\$ 436,3 milhões), Defesa (R\$ 300 milhões), Desenvolvimento Regional (R\$ 200 milhões) e Justiça (R\$ 100 milhões).

Na terça-feira, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou que a recomposição do orçamento que já havia sido promovida para a pasta, no valor de R\$ 655,1 milhões, não seria suficiente para tocar as ações programadas até o fim do ano, e que esperava por novas suplementações e desbloqueios nos próximos meses.

Após Guedes faltar a audiência, Câmara convoca ministro

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle quer explicações sobre projeções para Previdência

BRASÍLIA

Após o ministro da Economia, Paulo Guedes, não comparecer ontem à sessão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para tratar de possíveis distorções da Previdência, o colegiado aprovou uma convocação.

A convocação obriga Guedes a comparecer ao encontro dentro de um prazo de até 30 dias, mas a comissão ainda não definiu qual será a nova data.

Inicialmente, Guedes compareceria a uma reunião da comissão no dia 4 de maio, mas acabou participando de uma audiência conjunta de vários colegiados da Câmara na mesma data. Na ocasião, ficou definida a data de 9 de junho para o novo encontro, de acordo com presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

O compromisso não constava na agenda de Guedes ontem, e o ministro apenas pediu para remarcar.

— Temos que discutir alguns problemas que estão

acontecendo no Brasil, como algumas divergências encontradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) — afirmou Ribeiro.

O deputado fez referência a uma avaliação do TCU, que teria identificado distorções bilionárias em projeções que o governo fez em 2020 sobre os regimes de Previdência, tanto no INSS quanto nos sistemas de servidores e militares.

Procurado, o Ministério da Economia não comentou a ausência de Guedes no encontro de ontem e a sua convocação.

COMISSÃO INSTALADA

A Câmara também concluiu ontem a instalação da comissão especial da reforma administrativa, que muda as regras para servidores. O deputado Fernando Monteiro (PP-PE) foi eleito presidente do colegiado e designou Arthur Maia (DEM-BA) para a relatoria. É na comissão que podem ser feitas alterações no mérito da proposta, como a inclusão de membros de Poder e militares, o que geraria uma economia de R\$ 31,4 bilhões em dez anos. (Fernanda Trisotto)



Tesouro considera como perda provável R\$ 350 bi, mais da metade de dívidas de Estados e municípios

Reconhecimento não representa o perdão e nem a desistência da cobrança dos débitos, mas reflete as péssimas condições financeiras de alguns dos maiores devedores do governo

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

10 de junho de 2021 | 08h00

[Conteúdo Completo](#)

ABRIR

BRASÍLIA - Mais da metade das dívidas de Estados e municípios junto ao governo federal foram declaradas como “perda provável” para a **União**, segundo o **Relatório Contábil** do **Tesouro Nacional** divulgado nesta quinta-feira, 10. O reconhecimento não significa o perdão desses débitos, nem que eles deixarão de ser cobrados, mas é reflexo das péssimas condições financeiras em que se encontram alguns dos maiores devedores do governo federal.

Por causa do alto grau de incerteza em relação a esses pagamentos, a União precisou tirar do seu ativo R\$ 350,4 bilhões em empréstimos concedidos a Estados e municípios. O valor é 53,9% do total de R\$ 649,6 bilhões em financiamentos e refinanciamentos nas mãos dos governos regionais.

Na classificação do Tesouro Nacional, 11 Estados têm capacidade de pagamento C e D, as piores na classificação de risco do órgão. Esses governos não podem hoje obter novos empréstimos tendo a União como fiadora, mas no passado foram beneficiados por exceções que acabaram permitindo irrigar os cofres estaduais com operações de crédito bilionárias, mesmo quando já enfrentavam dificuldades.

Hoje, a situação financeira desses Estados é ainda pior. Nos últimos anos, muitos deles recorreram ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** para obter liminares que

suspenderam a obrigação de pagar a dívida junto à União, uma forma de conseguir alívio rápido diante do estrangulamento das contas.

Segundo o Tesouro Nacional, tanto a capacidade de pagamento quanto a existência de liminares suspendendo a dívida foram levados em consideração na hora de reavaliar o ativo junto a Estados e municípios.

Devedores

O maior passivo é dos Estados, referente à ampla renegociação feita ainda em 1997, quando a União assumiu uma série de dívidas dos governos estaduais para tentar sanear as contas dos entes regionais. O maior devedor é **São Paulo**, com R\$ 251 bilhões, mas o Estado tem nota de crédito B e é considerado um bom pagador.

Entre os que têm pior nota, **Minas Gerais** tem um passivo de R\$ 98 bilhões, **Rio de Janeiro** de R\$ 95 bilhões e **Rio Grande do Sul** acumula R\$ 69 bilhões em débitos. Todos tentam ingressar no **Regime de Recuperação Fiscal**, programa de socorro federal que alivia a cobrança das dívidas em troca de um duro plano de ajuste nas finanças. Outros R\$ 60 bilhões são devidos pelos demais Estados.

Ainda segundo o Tesouro Nacional, em 2020 a União deixou de cobrar R\$ 21,4 bilhões no período de março a dezembro, devido à aprovação da Lei Complementar 173, que suspendeu os pagamentos da dívida para Estados e municípios como medida de ajuda aos governos regionais durante a pandemia de covid-19.